

Bolsonaro sabota vacinação infantil de Covid

300 crianças mortas

é “quase zero” para

o “capitão Herodes”

Wilson Dias - ABR



Para general Santos Cruz, “Bolsonaro dá todo dia show de besteira”

O ex-ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto Santos Cruz, afirmou no sábado (8), em entrevista a O Globo, que Jair Bolsonaro faz um “show de besteiras” todos os dias. A afirmação referiu-se à irritação manifestada por Bolsonaro com as medidas anunciadas pelo Comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira, para proteger a tropa contra a Covid-19. **Pág. 3**

O xeque-mate de Barra Torres e o “novo” perjúrio de Bolsonaro

No dia 6 de janeiro, Jair Bolsonaro, o negacionista-geral da República, conforme O Antagonista, questionou o interesse da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em ter aprovado a vacinação contra a Covid para as crianças brasileiras, especificamente aquelas que estão na faixa etária entre 5 e 11 anos de idade. A agência autorizou no dia 16 de dezembro o uso do imunizante da Pfizer no público infantil, depois de avaliação técnica do pedido da farmacêutica norte-americana. “O que está por trás disso? Qual o interesse da Anvisa por trás disso aí? Qual o interesse daquelas pessoas taradas por vacina? É pela sua vida, pela sua saúde?”, disse o mandatário. A reação à declaração (mais uma) irresponsável de Bolsonaro foi imediata. Várias entidades médicas e científicas o contestaram. **Pág. 3**

Valter Campanato - ABR



Não se importa com as que morreram nem com as que podem morrer

Em entrevista à TV Nova Nordeste, Bolsonaro minimizou o número de mortes de crianças pela Covid, dizendo que é quase zero. Oficialmente, já são 308 mortes de crianças entre 5 e 11 anos, desde o início da pandemia. E entre zero e 19 anos, 2,5 mil mortes.

Num desrespeito afrontoso aos servidores da Anvisa, a quem chegou a ameaçar, o “capitão cloroquina” chamou os servidores de “tarados por vacinas”. “Você vai vacinar o teu filho contra algo que o jovem por si só, uma vez pegando o vírus, a possibilidade dele morrer é quase zero?”, disse. **Página 3**



Produção industrial tem a sexta queda seguida, registra o IBGE



Barragem de rejeitos da multinacional está prestes a romper. Água subiu também em Juatuba, grande BH

Justiça suspende atividade da Vallourec com dique em risco

A Mina da multinacional francesa Vallourec, em Nova Lima, na região metropolitana de Belo Horizonte, teve suas atividades suspensas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na noite do

sábado, dia 8, em decisão emitida sobre uma ação do Ministério Público de MG contra a empresa. O pedido do MP aconteceu depois que uma estrutura de contenção da água acumulada pelas chu-

vas transbordou no sábado, interditando a BR-040, onde a água chegou a atingir carros na rodovia, que liga o estado ao Rio de Janeiro. Na decisão, o juiz plantonista Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernan-

des, defende que companhia tem por obrigação assegurar a estabilidade e a segurança das barragens, pilhas e demais estruturas do complexo de mineração a fim de não causar danos a terceiros. **Pág. 4**

A produção industrial do país registrou em novembro a sexta retração mensal consecutiva, evidenciando que 2021 foi mais um ano de retrocesso para o setor. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção física recuou 0,2% ante outubro, acumulando em seis meses 4% de queda. Sobre novembro de 2020, quando a pandemia ainda estava descontrolada e não havia política de imunização e o governo Bolsonaro sabotava a vacinação, houve uma queda de 4,4%. **Página 2**

Pesquisa: 81% dos brasileiros temem inflação e desemprego

Crise econômica, inflação e desemprego são hoje os principais temores dos brasileiros em relação aos próximos 12 meses, informou pesquisa realizada pelo Instituto Travessia por encomenda do Valor Econômico. O instituto já havia realizado o mesmo levantamento em 2020: se antes as principais preocupações da população giravam em torno do alastramento da pandemia de Covid-19, o medo de que a situação econômica permaneça como está ou piore passou a ser a resposta da maioria. **Pág. 2**

Poupança fica negativa após 5 anos positiva

Os saques na caderneta de poupança em 2021 superaram os depósitos em R\$ 35,49 bilhões. Foi o primeiro resultado negativo desde 2016, quando foi retirado R\$ 40,7 bilhões da poupança. No ano passado, os depósitos somaram R\$ 3,4 trilhões e os saques R\$ 3,45 trilhões. O saldo geral das poupanças superou R\$ 1 trilhão. **Pág. 2**

Zyuganov: “Voz do trabalhador cazaque deve ser ouvida”

Pág. 6

Juro alto e queda do consumo derrubam produção industrial

Queda de 0,2% em novembro foi a sexta seguida, acumulando no período perda de 4,0%

A produção industrial do país registrou em novembro a sexta retração mensal consecutiva, evidenciando que 2021 foi mais um ano de retrocesso para o setor. De acordo com os dados divulgados na manhã desta quinta-feira (6) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção física recuou 0,2% ante outubro, acumulando em seis meses 4% de queda.

Sobre novembro de 2020, quando a pandemia ainda estava descontrolada e não havia política de imunização e o governo Bolsonaro sabotava a vacinação, houve queda de 4,4%. Não se pode, portanto, culpar o coronavírus pela incapacidade de o setor produtivo se levantar: a situação de inflação descontrolada, juros altos e desemprego continuam sendo incompatíveis com qualquer possibilidade de recuperação.

Com o resultado, os níveis de produção da indústria se encontram 4,3% abaixo do patamar pré-pandemia e 20,4% distante do nível recorde registrado em 2011. No ano, a indústria acumula 4,7% de alta devido a base de comparação deprimida de 2020. Analisando mês a mês, o IBGE observa que dos 11 meses cobertos pelas estatísticas de volume de produção, nove foram negativos.

“A indústria sofre com os juros em alta e a demanda em baixa, impactada pela inflação elevada e a precarização das condições de emprego, já que com o rendimento mais baixo, o trabalhador consome menos”, avalia André Macedo, gerente da pesquisa pelo IBGE.

O desmonte da indústria tem impacto direto sobre o PIB (Produto Interno Bruto) do país, já que o setor responde por cerca de 20% de sua composição. Segundo o IBGE, o Brasil entrou em recessão técnica após ter registrados dois

trimestres seguidos de retração (-0,4% no segundo e -0,1% do terceiro).

Além da indústria, o comércio se encontra 6,4% abaixo dos níveis pré-pandemia; os serviços caíram 1,2% em outubro (última pesquisa divulgada). Neste cenário, as perspectivas são de um ano que não recuperará as perdas da pandemia e de um 2022 que já começa com previsões de crescimento próximo ao zero.

SETORES

Na comparação com novembro de 2020, houve resultados negativos em três das quatro grandes categorias econômicas, em 19 dos 26 ramos, informou o IBGE.

Entre as atividades, as principais influências negativas vieram de veículos automotores, reboques e carrocerias (-11,6%), de produtos alimentícios (-4,6%) e de bebidas (-12,3%).

Outros destaques negativos importantes foram: produtos de borracha e de material plástico (-12,3%), produtos de metal (-13,1%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-15,9%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-13,8%), couro, artigos para viagem e calçados (-17,5%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-12,7%), móveis (-17,9%), manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-21,8%) e produtos têxteis (-13,5%).

Na comparação mensal (outubro/novembro) 12 dos 26 ramos pesquisados registraram queda na produção.

Os principais destaques foram borracha e de material plástico (-4,8%), metalurgia (-3,0%), produtos de metal (-2,7%), de bebidas (-2,2%), de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-0,6%), de perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-4,5%) e de produtos diversos (-4,5%).

Caderneta de poupança fica negativa após 5 anos

Os saques na caderneta de poupança em 2021 superaram os depósitos em R\$ 35,49 bilhões. Foi o primeiro resultado negativo desde 2016, quando os brasileiros retiraram R\$ 40,7 bilhões da poupança.

No ano passado, os brasileiros depositaram R\$ 3,4 trilhões e sacaram R\$ 3,45 trilhões. Pela primeira vez, o saldo geral das poupanças atingiu mais de um R\$ 1 trilhão.

Porém, com o agravamento da crise econômica e sanitária, diante da inércia do governo Bolsonaro e da sabotagem à vacinação, os saques à caderneta de poupança aumentaram para fazer frente à inflação galopante, à queda na renda e o desemprego elevado. Os preços dos alimentos dispararam, assim como da energia elétrica, dos combustíveis e do gás de cozinha, corroendo o orçamento das famílias.

Em 2020, no primeiro ano da pandemia, com os depósitos do auxílio emergencial feitos pela Caixa através da conta-poupança digital, a poupança teve uma captação recorde (diferença entre entradas e saídas) de R\$ 166,3 bilhões. Os brasileiros conseguiram guardar dinheiro em meio ao pagamento do auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e diante das medidas restritivas de circulação para salvar vidas. Ainda assim, o consumo das famílias garantiu um desastre menor na queda do Produto Interno Bruto (PIB).

As transferências de renda, com o auxílio emergencial de R\$ 600,00 e R\$ 300,00 em

2020 e a redução por Bolsonaro para R\$ 250, em média, e por alguns meses, em 2021, foram os recursos que fizeram a diferença nos saldos das cadernetas de poupança.

Na crise econômica de Bolsonaro e Guedes vão aprofundando a níveis nunca antes vistos – com cerca de 13 milhões de desempregados e 38,2 milhões no trabalho precário, na informalidade, 25,6 milhões vivendo de bico e 5 milhões de desalentados, segundo dados do IBGE do trimestre encerrado em outubro de 2021-, quem ainda tem algum dinheiro recorre à poupança.

A queda na renda, de menos 11,1%, a falta de investimentos públicos e a falácia das privatizações, tudo isso sobre pedras que vêm de longe e do agravamento dessas condições nos últimos dez anos, vão deixando as famílias na penúria.

Quem faz poupança é o trabalhador. Rico, classe média alta, faz aplicação. Com o nível de renda achatado, com o salário mínimo brasileiro menor do que aquele pago no Paraguai e, todas essas dificuldades vistas, de fato, fica bem difícil fazer crescer a poupança nacional.

O saldo negativo de R\$ 35,49 bilhões em 2021 só não foi maior pelos saques que superaram os depósitos em 2015 em R\$ 53,568 bilhões e 2016 em R\$ 40,702 bilhões, na grave recessão da economia naqueles dois anos, sem auxílio emergencial no contexto.

Os dados da poupança foram divulgados pelo Banco Central na quinta-feira (6).



Presidente da Petrobrás

Para atender acionistas, preços dos combustíveis vão continuar subindo, diz general Silva e Luna

O presidente da Petrobrás, Joaquim Silva e Luna, disse, no sábado (8), que a estatal “não pode fazer política pública”, em entrevista ao Estadão/Broadcast, onde defendeu que a empresa deve seguir apenas os interesses do mercado, ou seja, dos acionistas privados – que na sua maioria são estrangeiros, especuladores, ligados ao cartel internacional do petróleo.

Segundo Silva e Luna, a estatal “tem responsabilidade social e procura cumpri-la, mas não pode fazer política pública. Ela coloca recursos nas mãos de quem pode fazer”. “O que regula o preço é o mercado, particularmente quando se trata de commodities. Essa percepção, nos níveis de decisão, acho que está consolidada. No nível de governo, dos três Poderes, isso já está bem consolidado”, declarou.

Para Joaquim Silva e Luna, os interesses dos acionistas privados da Petrobrás estão acima do povo. “Recebi perguntas de jornalistas se eu não tinha pena de aumentar o preço do gás quando sabia que o pobre estava queimando madeira. Respondi: Claro que sim, aquilo que afeta a sociedade afeta a todos nós. Só que esse dinheiro é público, a empresa tem de prestar contas ao investidor”, disse. Para ele, o dinheiro público tem que favorecer o acionista privado e não o público, o povo.

O governo, embora acionário majoritário da Petrobrás, não interferiu na absurda escalada dos preços dos combustíveis, que é o principal vilão para a alta da inflação em 2021. Atualmente, por opção do próprio governo, os preços dos produtos da Petrobrás são atrelados ao dólar e a especulação do petróleo no mercado internacional.

Em 2021, o preço médio da gasolina acumulou alta de 46% nos postos do país segundo levantamento divulgado nesta semana (3) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O levantamento semanal apontou que o preço médio do litro do combustível passou de R\$ 4,517, entre 27/12/2020 a 02/01/2021, para R\$ 6,618, entre 26/12/2021 a 01/01/2022.

A ANP também apontou que o diesel avançou 45% no acumulado de 2021. O valor médio do litro do produto foi de R\$ 3,675 para R\$ 5,336.

O etanol, por sua vez, registrou alta de 58% no mesmo período analisado. O preço do combustível foi de R\$ 3,180 para R\$ 5,063.

Já o preço médio do gás de cozinha chegou aos 36%. O preço médio do gás de cozinha de 13kg passou de R\$ 75,29 para R\$ 102, 28.

No entanto, durante o ano, o botijão chegou a custar R\$ 140 nos postos de distribuição. Diante desse fato trágico, famílias têm que recorrer a lenha ou carvão para cozinhar – o que tem levado ao aumento de pacientes em hospitais com queimaduras graves.



Com Bolsonaro, inflação explodiu no país e a renda do brasileiro despencou



Fila por emprego no DF em maio de 2021. Foto: TV Globo/Reprodução

81% dos brasileiros temem inflação e desemprego em 2022, aponta pesquisa

Crise econômica, inflação e desemprego são hoje os principais temores dos brasileiros em relação aos próximos 12 meses, informou pesquisa realizada pelo Instituto Travessia por encomenda do Valor Econômico.

O instituto já havia realizado o mesmo levantamento em 2020: se antes as principais preocupações da população giravam em torno do alastramento da pandemia de Covid-19, o medo de que a situação econômica permaneça como está ou piore passou a ser a resposta da maioria diante do atual cenário de inflação descontrolada e de desemprego elevado. Para 81% dos entrevistados, os problemas econômicos sentidos em 2021 vão continuar ou se agravarão em 2022.

O levantamento aponta que 45% dos entrevistados esperam que 2022 será igual ao ano passado. “Isso quer dizer que para quase metade dos brasileiros a situação do país vai continuar ruim”, afirma Bruno Soller, responsável técnico pela pesquisa e sócio do Travessia. Outros 36% mostraram-se acreditados a conjuntura vai piorar. Somados, esses dois grupos alcançam 81% da população.

Dentre os problemas,

o temor mencionado pela maior parcela dos entrevistados (25k%) foi a “crise econômica”. Em seguida, mais concretamente, 23% da população declarou ter medo da inflação. Outros 20% declararam temer o desemprego. Na quarta posição, ficou o medo da “crise política” com 15%.

Os temores da população são reais: a inflação oficial do país atingiu 10,74% nos 12 meses até novembro. Alimentos, gás de cozinha, energia elétrica e combustíveis tiveram os preços mais afetados, impactando gravemente nas condições de vida dos brasileiros. O desemprego e as rendas arroxadas como nunca contribuíram para derrubar drasticamente o poder de compra e elevar a pobreza a níveis extremos. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad Contínua), há hoje no país 12,9 milhões de pessoas buscando trabalho sem encontrar, enquanto 40,7% dos ocupados estão na informalidade para conseguir algum sustento. A renda média do trabalhador, por sua vez, despencou 11,1% em outubro ante o mesmo período de 2020, para o menor nível desde 2012.

A crise econômica, portanto, já é uma realidade.

De acordo com previsões do FMI, o PIB (Produto Interno Bruto) do país deve avançar 4,5% em 2021 – o que mal recupera as perdas de 2020 para um ano, que segundo o Ministério da Economia, seria de “recuperação em V”. Com o governo promovendo a política de arrocho, as perspectivas para 2022 são de crescimento perto do zero, mais inflação, desemprego e juros altos.

“Agora, com aperto monetário, juros altos e pressão inflacionária, as expectativas só tendem a piorar”, diz Renato Dorgan Filho, analista e sócio da Travessia. “Não por acaso, a necessidade de apertar os cintos virou uma espécie de mantra para 2022.”

Na pesquisa, quase oito em cada dez pessoas (79% do total) afirmaram que não pretendem ampliar gastos de nenhuma espécie neste ano. “Estes, que formam uma imensa maioria, vão prender o cinto no último botão”, diz. No mais, quando falam em algum tipo de elevação de gastos, 9% citam a alimentação, um item básico.

A enquete foi feita entre os dias 4 e 6 de dezembro, a partir de entrevistas por telefone com uma amostra de 1,2 mil pessoas e em todo o país.

Itapemirim é proibida de vender passagens e investigada pela PF

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) proibiu a empresa Itapemirim Transportes Aéreos (ITA) de retomar a comercialização de passagens aéreas, por meio de uma medida cautelar expedida na última sexta-feira (7).

A companhia teve as vendas de passagens e o Certificado de Operador Aéreo (COA) suspensos no dia 17 de dezembro, após ter frustrado a viagem de milhares de passageiros em todo o país.

Segundo a Anac, a proibição vale até que a empresa prove que está cumprindo ações corretivas como a acomodação adequada de passageiros, o reembolso integral de passagens aéreas e resposta a todas as reclamações que constam no portal Consumidor.gov, da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), inclusive aquelas cujo prazo de 10 dias tenha sido descumprido pela empresa.

“A companhia deverá ainda demonstrar a realização de quaisquer outros reembolsos devidos ao consumidor em decorrência de descumprimento contratual verificado desde o início da comercialização das passagens aéreas”, diz em nota.

PEDIDO DE FALÊNCIA

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) pediu à Justiça na última terça-feira (4) a decretação de falência do Grupo Itapemirim Transportes Aéreos, assim como o bloqueio de seus bens e o afastamento do principal sócio da empresa, o empresário Sidnei Piva de Jesus.

Segundo o MP, o grupo Itapemirim teria se capitalizado com recursos financeiros da companhia de ônibus Viaçãopar Itapemirim para criar a companhia aérea. A Viaçãopar Itapemirim, no entanto, está em recuperação judicial desde

2016, com 253 milhões de dívidas aos credores e 2,2 bilhões de reais devidos em tributos.

INQUÉRITO POLICIAL

A ITA também está sendo investigada pela Polícia Federal (PF) de São Paulo, que abriu um inquérito contra a Itapemirim Linhas Aéreas (Ita) e o seu proprietário, Sidnei Piva, pelos crimes de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crime contra a economia popular.

Além da empresa ter cancelado mais de 500 voos no final do ano passado, prejudicando mais de 58 mil passageiros, também é apontada como líder de um esquema de pirâmide financeira através de criptomoedas.

Leia a matéria completa no site: <https://horadopovo.com.br/itapemirim-e-proibida-de-vender-passagens-e-investida-pela-pf/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603 E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.
www.horadopovo.com.br



Geraldo Magela/A. Senado

Ex-ministro, general Carlos A. Santos Cruz “Bolsonaro dá show de besteiras todos os dias”, diz general Santos Cruz

O ex-ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto Santos Cruz, afirmou no sábado (8), em entrevista a O Globo, que Jair Bolsonaro faz um “show de besteiras” todos os dias. A afirmação referiu-se à irritação manifestada por Bolsonaro com as medidas anunciadas pelo Comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira, para proteger a tropa contra a Covid-19.

O comunicado interno do Exército determinou que todos os militares que retornarem ao serviço presencial apresentem comprovação de vacinação e que tomem cuidados como uso de máscara, distanciamento e higienização das mãos. O documento também orientou que os militares não se deixem manipular por informações falsas e não contribuam com a disseminação de fake news sobre a pandemia. Pede que sejam checadas as fontes de informação antes de compartilharem determinadas notícias.

Num dos trechos do documento que aborda a questão da pandemia, pode-se ler as orientações quanto aos cuidados no trabalho presencial: avaliar o retorno às atividades presenciais dos militares e dos servidores, desde que respeitado o período de 15 (quinze) dias após imunização contra a Covid-19 (uma ou duas doses, dependendo do imunizante utilizado). Os casos omissos sobre cobertura vacinal deverão ser submetidos à apreciação do DGP (Departamento Geral do Pessoal) para a doação de procedimentos específicos.

Como disse o general Santos Cruz: “Eu vejo que as recomendações foram de caráter técnico e administrativo para organizar como enfrentar a pandemia no ambiente de trabalho, recomendação para que o pessoal não fique espalhando coisa falsa na internet sem ver a origem”. “Achei de muito bom senso, achei que o comandante fez o que o comandante tem que fazer, orientar o pessoal”, afirmou.

“A recomendação do comandante do Exército é puramente administrativa, ela não tem conotação política nenhuma. Estão querendo dar conotação política em uma coisa que não tem. Ele está orientando o pessoal só”, disse o general. “Sobre o presidente eu não vou nem fazer comentário nenhum porque é todo dia um show de besteira. Eu não vou fazer nenhum comentário sobre ele porque é perda de tempo”, ressaltou Santos Cruz.

Bolsonaro teria ficado irritado porque não quer que os militares sejam imunizados e também porque é um disseminador de fake news. Ele já disse que quem se protege contra o vírus é “marica”. É um defensor fanático da tese genocida da imunidade de rebanho. Ou seja, de que a população – neste caso, os militares – não se proteja contra o vírus. Sempre advogou que o coronavírus agisse livremente no Brasil.

O espalha-vírus, que agora está também empenhadíssimo em que as crianças brasileiras sejam infectadas – considerou “quase zero” o número oficial de 311 crianças mortas por Covid-19 – também demonstrou intenção de que os recrutas do país sejam acometidos pela doença. Não quer que se tome nenhum cuidado nos quartéis.

Por conta desse tipo de insistência macabra, o país demorou a iniciar a vacinação e o país pagou com a tragédia de mais de 600 mil mortos por Covid-19. Dois terços destas mortes, segundo a maioria dos especialistas, poderiam ter sido evitadas com a vacinação e outras medidas sanitárias combatidas por Bolsonaro.

Capitão Herodes diz que morte de 300 crianças é “quase zero”



Reprodução/Redes sociais

Bolsonaro sem máscara retira a de uma criança, que fica sem proteção

O xeque-mate de Barra Torres e o “novo” perjúrio de Bolsonaro

No dia 6 de janeiro (quinta-feira), em entrevista concedida à Rádio Nova FM de Pernambuco, Jair Bolsonaro, o negacionista-geral da República, conforme *O Antagonista*, questionou o interesse da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em ter aprovado a vacinação contra a Covid para as crianças brasileiras, especificamente aquelas que estão na faixa etária entre 5 e 11 anos de idade.

A agência autorizou no dia 16 de dezembro o uso do imunizante da Pfizer no público infantil, depois de avaliação técnica do pedido da farmacêutica norte-americana.

“O que está por trás disso? Qual o interesse da Anvisa por trás disso aí? Qual o interesse daquelas pessoas taradas por vacina? E pela sua vida, pela sua saúde?”, disse o mandatário.

E continuou com sua ladainha de sempre.

“Você pai e você mãe, veja os possíveis efeitos colaterais. A própria Pfizer diz que outros possíveis efeitos colaterais podem acontecer a partir de 22, 23 ou 24 anos. E você vai vacinar teu filho contra algo que, o jovem, por si só, uma vez pegando o vírus, a possibilidade dele morrer é quase zero?”, prosseguiu.

As declarações foram feitas mesmo depois que o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC, na sigla em inglês) divulgou dois estudos reforçando a segurança dos imunizantes contra a Covid em crianças.

De acordo com o órgão, os efeitos colaterais são muito raros, ao contrário do que afirmou Bolsonaro.

Nesta mesma entrevista, o chefe do Executivo disse desconhecer óbitos de crianças em razão do coronavírus.

“Eu pergunto: você tem conhecimento de uma criança que tenha morrido de Covid?”, disse o presidente.

No entanto, o próprio Ministério da Saúde de seu governo reconheceu que, pelo menos, 311 crianças morreram em decorrência da Covid.

A reação à declaração (mais uma) irresponsável de Bolsonaro foi imediata.

Várias entidades médicas e científicas o contestaram.

O Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), em 24 de dezembro, às vésperas das festas natalinas, divulgou uma carta destinada às crianças incentivando a vacinação contra a Covid e refutando a obrigatoriedade da prescrição médica que o governo, através do Ministério da Saúde, havia então imposto, como forma de resistir à imunização do público infantil, na esteira do negacionismo bolsanarista.

No mesmo dia, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), em nota oficial, manifestou-se na mesma direção e pediu “urgente implementação de estratégias” para reduzir risco de complicações, hospitalizações e mortes do público infanto-juvenil provocados pela pandemia, após concluir que as mortes da população pediátrica não estão em “patamares aceitáveis”.

A Rede Globo emitiu duro editorial denunciando Bolsonaro por afrontar a

verdade e desrespeitar o luto de milhares de brasileiros.

Esta modesta folha acusou o “capitão Herodes” pela vileza e sordidez das “novas” declarações. Nada disso foi suficiente para evitar o ataque de Bolsonaro à Anvisa nos primeiros dias do novo ano, levantando suspeitas sobre a integridade da decisão que *autorizou* (*gr. nosso*) o uso da vacina contra a Covid para as crianças.

O grifo não é acidental, pois, como bem explicou o dirigente máximo da Anvisa, o órgão apenas autoriza o uso do imunizante: o Ministério da Saúde, em última instância, é o órgão responsável pela inclusão ou não das vacinas para o público infantil em seu Programa Nacional de Imunização (PNI).

Esses acontecimentos sucederam a última *live* de Bolsonaro de 2021, transmitida de Santa Catarina, onde curtiu o segundo ócio remunerado tirado em dezembro, mesmo diante das consequências trágicas das chuvas na Bahia e em Minas Gerais, quando entupiu-se com um camarão não mastigado, interrompendo a farra das novas férias.

Nesta *live*, solicitou os nomes dos servidores da Anvisa que respaldaram a decisão pelo uso do imunizante contra a Covid nas crianças, fato que resultou na intensificação de ameaças de morte aos integrantes da agência, conforme o próprio órgão denunciou ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Barra Torres chegou a informar que as declarações com o intuito de impedir a aplicação de vacinas em crianças de 5 a 11 anos “contribuíram sobremaneira para o número aproximado de 170 ameaças” contra o órgão.

Ontem (8), o Contra-Almirante RM1 Médico Antônio Barra Torres, diretor presidente da Anvisa, diante da gravidade da situação, emitiu uma nota em que desafia Bolsonaro a apresentar provas sobre corrupção no órgão controlador por ter aprovado a imunização de crianças entre 5 e 11 anos de idade contra a covid-19.

“Se o senhor dispõe de informações que levantem o menor indício de corrupção sobre este brasileiro, não perca tempo nem prevarique, Senhor Presidente. Determine imediatamente investigação policial sobre a minha pessoa, aliás, sobre qualquer um que trabalhe hoje na Anvisa, que com orgulho eu tenho o privilégio de integrar”, afirmou Barra Torres.

E acrescentou, na mesma nota:

“Agora, se o Senhor não possui tais informações ou indícios, exerça a grandeza que o seu cargo demanda e, pelo Deus que o senhor tanto cita, se retrate. Estamos combatendo o mesmo inimigo e ainda há muita guerra pela frente. Rever uma fala ou um ato errado não diminuirá o senhor em nada. Muito pelo contrário”.

O Contra-Almirante usou as “torres” que tem no nome para dar um xeque-mate em Bolsonaro, aquele lance das partidas de xadrez em que o jogador deixa o Rei de seu adversário sem saída, levando-o à derrota, mesmo que sua

situação no tabuleiro seja de vantagem.

O xeque é evidente e é mate, pois Bolsonaro não possui o mais leve vestígio de prova de corrupção na decisão da Anvisa, baseada estritamente nas evidências dos estudos científicos de que as vacinas são recomendáveis para as crianças.

Como na música de Tony Brasil e Diogo (“Leviana”), entoada por Reginaldo Rossi, Bolsonaro foi, para ser condescendente, no mínimo, leviano ao levantar as suspeitas sobre a decisão da Anvisa.

Mas, todos sabemos, foi muito mais que leviano. Foi irresponsável, vil, imprudente, inconsequente, entre outras dezenas de adjetivos que poderíamos elencar.

Cometeu um perjúrio. Para os cristãos, especialmente os católicos, implica fazer um juramento falso, que viola a virtude da religião e constitui um “pecado” por carregar uma mentira. Mais uma contundente prova de que Bolsonaro e o bolsanarismo representam a negação do cristianismo e que sua profissão de fé na Bíblia e na religião não passa de repugnante e hipócrita encenação.

A declaração do desajuizado tem a ver com seu caráter.

Recentemente, a agência de checagem *Aos Fatos* apresentou um levantamento pelo qual Jair Bolsonaro deu uma média de 6,9 declarações falsas ou distorcidas por cada dia de 2021, batendo o recorde em mentiras, sendo a maioria sobre a Covid-19.

Pela sua natureza, não apresentará provas, que não existem, como também não atenderá ao pedido de Barra Torres para se retratar. Será mais uma das leviandades a ser incorporada ao arsenal bolsanarista de fake-news e mentiras.

Trata-se da repetição de um comportamento intrínseco a Bolsonaro quando está perdendo ou na iminência de perder o jogo.

Lembram-se das urnas eletrônicas, caluniadas pelo mandatário em sua *live* de 29 de julho de 2021, diante da derrota do projeto do voto impresso no Congresso Nacional e da decisão da Justiça Eleitoral de assegurar a integridade do voto eletrônico?

A *live* foi montada sem nenhum critério, com base em boatos extraiados da internet, sem checar as informações e, por fim, ignorando alertas de peritos criminais da Polícia Federal (PF) sobre erros nos dados. Foi assim, também – e principalmente, durante toda a pandemia.

Perdeu para a ciência e as vacinas, embora o terraplanismo sanitário, baseado no “tratamento precoce” e na “imunidade de rebanho”, dele e de sua turba, tenha provocado uma grande tragédia.

Os dados mais cautelosos indicam que, pelo menos, um terço das vidas perdidas para a Covid teriam sido poupadas se os imunizantes tivessem chegado antes.

Texto completo em www.horadopovo.com.br
MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA

“Você vai vacinar o teu filho contra algo que o jovem por si só, uma vez pegando o vírus, a possibilidade dele morrer é quase zero?”, indagou o espalha-vírus, em uma entrevista

Jair Bolsonaro vociferou, mais uma vez, na quinta-feira (6 de janeiro) contra a vacinação infantil para a Covid. Em entrevista à TV Nova Nordeste, o mandatário minimizou o número de mortes pela doença nesta faixa etária, dizendo que é quase zero. A fala herodiana (Herodes, rei da Judéia, ordenou a morte de todos os bebês do sexo masculino, com até dois anos de idade, em Belém, na tentativa de acabar com a vida de Jesus) revela total desinformação a respeito do assunto já que o Ministério da Saúde contabiliza 308 mortes de crianças entre 5 e 11 anos, desde o início da pandemia. Entre zero e 19 anos, foram 2,5 mil mortes.

Num desrespeito afrontoso aos servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a quem ele chegou a ameaçar, o “capitão cloroquina” chamou quem aprovou a imunização de crianças de “tarados por vacinas”. “Você vai vacinar o teu filho contra algo que o jovem por si só, uma vez pegando o vírus, a possibilidade dele morrer é quase zero? O que que está por trás disso? Qual o interesse da Anvisa por trás disso aí? Qual o interesse das pessoas taradas por vacina?”, declarou Bolsonaro na entrevista.

Epidemiologistas brasileiros afirmam que, embora a Covid seja mais perigosa para adultos, nenhuma doença para a qual existe vacina mata mais crianças do que a Covid-19, como atestou a Sociedade Brasileira de Pediatria durante a consulta pública sobre vacinação infantil, aberta pelo próprio governo.

“Trouxe a vocês uma comparação do que representa a Covid-19 em crianças perto de outras doenças passíveis de prevenção por vacinas. Nenhuma dessas doenças, todas elas passíveis de prevenção por vacinas, vitimaram tantas crianças como a Covid-19”, afirmou Marco Aurélio Palazzi Sáfadi, representante da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Para a epidemiologista Carla Dominguez, “os números são assustadores. Estamos falando de 2,5 mil óbitos na população abaixo de 19 anos e em torno de 300 óbitos entre 5 e 11 anos”.

“Nenhuma doença imunoprevenível hoje que está no calendário de imunização matou esse número de pessoas. Então, a gente não pode banalizar as mortes por Covid. Poderemos proteger um maior número de crianças e evitar que novos óbitos aconteçam”, acrescentou.

A insistência de Bolsonaro em combater a imunização infantil e a sua intenção de deixar as crianças brasileiras desprotegidas contra as novas variantes do vírus reforçam a visão de que Bolsonaro não tem nenhuma identificação com os seus semelhantes, sejam eles adultos ou crianças. Não se preocupa com a saúde e com o sofrimento de ninguém, nem das crianças e nem dos mais crescidos. Dá gargalhadas e zomba do povo em plena tragédia, como fez no fim do ano, durante suas férias,

“Mito” recua e dispensa explicação pública do Exército sobre obrigatoriedade de vacinas

Jair Bolsonaro (PL) voltou atrás e disse no sábado (8) não ter exigido do Ministério da Defesa mudança nas diretrizes definidas pelo Exército de condicionar o retorno de militares ao trabalho presencial à vacinação contra covid-19.

O chefe do Executivo, egresso das Forças Armadas, é crítico às vacinas e diz não ter se vacinado. Além do mais é dado a uma fake news sobre a pandemia, além de receitar cloroquina, medicamento comprovadamente sem eficácia contra o vírus.

“Não, [tem] exigência nenhuma. Não tem mudança. Pode esclarecer. Hoje tomei café com o comandante do Exército. Se ele quiser esclarecer, tudo bem, se ele não quiser, tá resolvido, não tenho que dar satisfação para ninguém de um ato como isso. É uma questão de interpretação”, explicou-se Bolsonaro após a repercussão negativa das suas

declarações. Bolsonaro se irritou e cobrou do Exército explicação sobre a diretriz de exigência de vacinação para as tropas e proibiu fake news sobre a covid-19.

O mandatário falou a jornalistas em frente à casa do AGU (advogado-geral da União), Bruno Bianco, onde o ministro dava uma festa para comemorar o aniversário dele de 40 anos.

Na véspera, a Força chegou a cogitar os termos de um esclarecimento sobre uma diretriz editada com regras para retorno ao regime presencial. Houve pressão do Planalto e do Ministério da Defesa, mas a nota não chegou a ser publicada.

A orientação do comandante do Exército, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, sobre a imunização está num documento finalizado na última segunda-feira (3), com diretrizes para prevenção e combate à pandemia.

STF prorroga por mais 90 dias inquérito sobre interferência do presidente na Polícia Federal

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, prorrogou por mais 90 dias a investigação sobre a interferência de Jair Bolsonaro na Polícia Federal para proteger seus filhos e seus aliados investigados por corrupção.

“Considerando a necessidade de prosseguimento das investigações e a existência de diligências em andamento, nos termos previstos no artigo 10 do Código de Processo Penal, prorrogo por mais 90 dias, a partir do encerramento do prazo final anterior (27 de janeiro de 2022), o presente inquérito”, decidiu Moraes.

O inquérito foi aberto em 2020, quando o Sérgio Moro pediu demissão do cargo de ministro da Justiça e contou sobre a pressão que Jair Bolsonaro fez para que fosse trocado o superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

Moro disse que Jair Bolsonaro ameaçou demiti-lo caso não conseguisse trocar alguém na PF.

A gravação de uma reunião de Bolsonaro com seus ministros provou que Moro falava a verdade.

Zema fez “licenciamento expresso” de estrutura da Vallourec que cedeu

Pilha de rejeitos da multinacional francesa Vallourec cedeu, causando o transbordamento de um dique em Nova Lima e interditando a rodovia BR-040

O licenciamento da pilha de rejeitos da multinacional francesa Vallourec que cedeu, causando o transbordamento de um dique em Nova Lima, na região metropolitana de Belo Horizonte, no último sábado, foi realizado pelo governo de Romeu Zema (Novo) em janeiro de 2021 após uma convocação extraordinária em regime de urgência pedida pela própria mineradora.

A denúncia, do portal Observatório da Mineração, aponta que ambientalistas alertaram sobre os riscos do aumento da pilha, mas que as críticas foram ignoradas, assim como a devida análise da documentação para a autorização de mudanças na estrutura que cedeu e provocou o transbordamento de um dique inundando de lama trecho da BR-040, que liga Minas Gerais ao Rio de Janeiro.

A Pilha Cachoeirinha foi interditada pela Agência Nacional de Mineração, que exige um certificado de estabilidade e o restabelecimento das condições de segurança. O Dique Lisa foi elevado para a classificação 3 de risco pela ANM, o que requer a implementação do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM). Na tarde de domingo, a ANM rebaixou o risco do Lisa – chamado de barragem pela agência – para nível 2 dizendo não haver “iminência de ruptura”. A BR 040 foi liberada.

Segundo o jornalista Maurício Ângelo, fundador do Observatório da Mineração, a multinacional francesa Vallourec entrou com pedido de licenciamento de várias estruturas, incluindo a Pilha de Rejeito/Estéril Cachoeirinha para expandir sua atuação na região. A urgência pedida pela Vallourec foi acatada pela Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), após recomendação da Secretaria de Meio Ambiente (Semad).

O licenciamento correu na modalidade concomitante, com Licença Prévia, de Instalação e de Operação ao mesmo tempo.

A Vallourec alegou que, se não fosse atendida nas primeiras semanas de janeiro de 2021, a produção da empresa precisaria parar porque a pilha de estéril já tinha alcançado o limite de área permitido.

O prazo exíguo para análise dos documentos e manifestação oficial foi alvo de críticas de entidades ambientalistas que atuam na região, como a Associação de Proteção do Vale do Mutuca (Promutuca) e o Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSAM).

Julio Grillo, ex-superintendente do Ibama em MG e representante da Promutuca, registrou em parecer que, no status da época, o empreendimento da Vallourec já representava um caminho por minuto na BR 040, com alto risco de “desastres, mortes e poluição”.

“Ao concordarmos com o aumento das pilhas, estamos concordando com a continuidade deste transporte e com todas as suas potenciais consequências”, disse Grillo, que também questionou a necessidade de rebaixamento do lençol freático até 2028.

Os ambientalistas repudiaram a convocação da reunião extraor-

dinária de 14 de janeiro de 2021 em 30 de dezembro de 2020, após as 18 horas, época de recesso, alegando que precisariam analisar 412 páginas de processo no total da pauta da reunião em pouco tempo, incluindo apenas 5 dias úteis para os licenciamentos pedidos.

No fim, Grillo registrou que, caso o processo não fosse retirado de pauta diante dos problemas, a sua posição era pelo indeferimento. A reunião foi mantida, as críticas foram contemporizadas pela maioria dos presentes e a CMI aprovou por 11 votos favoráveis e 1 abstenção – da Promutuca – em 14 de janeiro de 2021 a expansão da Pilha de Estéril que, em parte, desabou dia 08 de janeiro de 2022, menos de 1 ano depois.

“A sociedade não pode ser míope ao analisar estes empreendimentos com rebaixamentos de lençol freático. Eles são divididos em pequenas partes e obtêm licenças sem que possamos analisar as consequências cumulativas e sinérgicas do que estamos licenciando”, diz o parecer de Grillo da época.

A CMI é formada por diversos representantes do poder público mineiro, pelo Ibama, ANM e representantes da sociedade civil como a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), a Sociedade Mineira de Engenheiros e a já citada Promutuca. Ambientalistas costumam ficar isolados nas decisões da CMI.

Em 23 de janeiro de 2019, dois dias antes do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), celebrou a expansão da Mina Pau Branco em reunião com os representantes da Vallourec.

Exaltando a previsão de investimento de R\$ 220 milhões na ampliação das instalações do grupo francês em Brumadinho e Nova Lima, Zema afirmou em post no Twitter e no Instagram que o governo iria “trabalhar para trazer investimentos, gerar emprego e renda aos mineiros”.

No próximo dia 25 de janeiro, o rompimento da barragem da privatizada Vale, uma das maiores tragédias registradas no país, completa três anos. Até hoje, diretores e executivos da mineradora, apontados pelas investigações policiais como responsáveis pelo crime que matou 370 brasileiros, seguem sem ser responsabilizados pela justiça.

SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES

No domingo, a justiça acatou em parte os pedidos da ação movida pelo Ministério Público de Minas Gerais e a Advocacia-Geral do Estado e suspendeu toda e qualquer atividade de disposição de material de qualquer natureza, incluindo estéril e rejeitos na Mina de Pau Branco, na Pilha Cachoeirinha e a execução de todas as medidas emergenciais previstas no Plano de Ação, como base no pior cenário, inclusive contemplando a mancha de inundação na totalidade e potenciais efeitos cumulativos e sinérgicos com outras estruturas, com conferência e adequação de rotas de fuga, pontos de encontro, sinalização de campo e sistemas de alarme.

Governo oculta aumento no desmatamento do Cerrado e desmonta monitoramento do Inpe

O governo de Jair Bolsonaro escondeu o aumento de 8% na destruição do Cerrado. Entre agosto de 2020 e julho de 2021, o Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais registrou 8.531 km² de desmatamento no bioma. Os dados, que correspondem a uma área equivalente a sete vezes a cidade do Rio de Janeiro, foram mantidos por baixo dos panos, e sua divulgação só ocorreu na passagem de 2021 para 2022. Os dados são os maiores desde 2015. Com Bolsonaro à frente da Presidência, a devastação do Cerrado aumentou 17%.

A situação é semelhante ao que aconteceu na Amazônia, quando as cifras alarmantes da devastação da região também foram omitidas. De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia, os números foram repassados ao Inpe em 6 de dezembro, mas só foram revelados no apagar das luzes de 2021, sem que houvesse qualquer registro anterior sobre o assunto.

Para agravar essa realidade, o Brasil vai ficar sem parâme-

tro sobre os números da destruição no Cerrado a partir de abril. Alvo da política de desmonte e sucateamento de verbas para impedir a divulgação dos dados desastrosos do atual governo, o órgão foi obrigado a desmobilizar a equipe de pesquisadores que atuava no monitoramento do bioma, e os dados devem ser mantidos até o citado mês. Após, o projeto será interrompido.

“É um projeto importante para acompanhar a questão hídrica, a agricultura. É um projeto de baixo custo se comparado ao valor que esses dados têm para o mercado, mas não temos investimento”, afirma Cláudio Almeida, coordenador do programa de monitoramento da Amazônia e demais biomas.

O Inpe informou que a verba de manutenção da equipe de monitoramento do Cerrado acabou em 31 de dezembro e o Instituto não dispõe de orçamento para a continuidade do programa. Para a sua manutenção, seriam necessários R\$ 2,5 milhões ao ano.



Bruno Costalonga Ferrate

Pilha Cachoeirinha foi interditada pela Agência Nacional de Mineração

Desabamento de paredão rochoso no Lago de Furnas, em Capitólio-MG, mata 10 pessoas

Na tarde deste domingo (9), o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais informou que encontrou os corpos das dez vítimas da queda de uma grande pedra dos cânions de Capitólio, no Sul de Minas. Em coletiva realizada à tarde, os Bombeiros e a Polícia Civil confirmaram que foram resgatados corpos e “fragmentos corpóreos” das vítimas.

Ontem (8), um paredão de rocha se despreendeu e atingiu três lanchas com turistas. Sete corpos já haviam sido localizados no sábado. A operação de busca com mergulhadores foi reiniciada às 5h deste domingo.

“A nossa primeira equipe de busca localizou mais um corpo. Esse corpo foi encontrado submerso, inteiro e já trazido para a região do posto de comando. A Polícia Civil passa agora a fazer os trabalhos de identificação. Neste momento nós contamos com oito óbitos já confirmados e carecemos ainda de localizar duas vítimas em princípio que ainda estão desaparecidas”, explicou o major Rodrigo Castro do Corpo de Bombeiros. As vítimas estavam na mesma embarcação, que tinha a identificação do nome “Jesus”.

Segundo os bombeiros, o desabamento no paredão em Capitólio ocorreu entre 12h30 e 13h. Quatro embarcações foram atingidas com o impacto da queda da rocha (direta e indiretamente). São elas: embarcação EDL (14 pessoas foram resgatadas com vida); Jesus (oito pessoas morreram e outras



Vítimas estavam na embarcação atingida pela pedra

duas seguem desaparecidas); uma lancha vermelha, sem identificação (10 socorridas); e Nova Mãe (9 socorridas).

Cerca de duas horas antes do desabamento da rocha, a Defesa Civil de Minas Gerais havia emitido um alerta para chuvas intensas na região com possibilidade de “cabeça d’água” — não se sabe se existe alguma norma que proíba a entrada de turistas nessa situação no local onde ocorreu o acidente.

A Polícia Civil anunciou que os peritos criminais foram até o local do desabamento para identificar os danos e as causas do acidente.

O prefeito de Capitólio (MG), Cristiano Geraldo da Silva (Progressistas), anunciou neste domingo (9) a suspensão das atividades

de turismo aquático na cidade. De acordo com o prefeito, as entradas para os cânions estão fechadas.

Cristiano disse à TV Integração que, desde 2020, quando duas pessoas morreram no local por causa de uma tromba d’água, é feito um trabalho de conscientização com as empresas e donos de lanchas.

“Nós temos dentro do município uma legislação que proíbe a ancoragem dentro do cânion e as pessoas nadarem lá. Então eles já têm essa noção, essa dimensão da tromba d’água e essa fatalidade que aconteceu a gente acredita, e precisamos de parecer técnico, não tem relação com tromba d’água.”

Estudo de fase 3 comprova a segurança da CoronaVac em crianças a partir dos 6 meses

Estudo realizado na África do Sul demonstrou que a vacina CoronaVac é segura para crianças a partir dos 6 meses. A revelação é do Instituto Butantan, divulgada nesta terça-feira (04). Os testes com 200 pessoas entre três e 17 anos não apresentaram nenhum evento adverso grave. O imunizante foi desenvolvido em parceria do instituto com o laboratório chinês Sinovac.

O estudo faz parte de um ensaio clínico de uma pesquisa que está na fase 3 e avaliou a eficácia da CoronaVac em 4.000 crianças e adolescentes na África do Sul, Chile, Filipinas, Malásia e Quênia. Os resultados das etapas 1 e 2 foram publicados na Lancet Infectious Diseases em junho e demonstraram boa segurança e ausência de efeitos contrários, além de satisfatória resposta imune.

O imunizante já foi aprovado no Camboja, no Chile, na Colômbia, no Equador e na Indonésia, além da China, que afirma ter aplicado a vacina em mais de 140 milhões de crianças com mais de 3 anos.

Em dezembro, o governador do Estado de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou que o Butantan protocolaria um novo ofício à Anvisa



Vacina é produzida no Brasil pelo Instituto Butantan

(Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para a aplicação da vacina em crianças da faixa etária de 3 a 11 anos.

A Anvisa, porém, solicitou mais dados ao instituto e protela desde então a aprovação do uso do imunizante.

Após reiteradas críticas e muita pressão das comunidades médica e científica, além de outros setores da sociedade, o Ministério da Saúde anunciou nesta quarta-feira (5), a inclusão das crianças 5 a 11 anos no Plano Nacional de Operacionalização para vacinação contra a Covid-19. A data do início da aplicação das doses ainda não foi informada. A previsão é que comece em janeiro deste ano com intervalo de dois meses (oito semanas) entre a primeira e

a segunda dose.

Segundo o titular da pasta, Marcelo Queiroga, o primeiro lote de vacinas pediátricas deve chegar ao país no próximo dia 13. Assim, a distribuição aos estados deverá ocorrer no dia seguinte, caso o cronograma seja cumprido. Está prevista para chegar ao Brasil uma remessa de 1,2 milhão de doses do imunizante da Pfizer, o único aprovado pela Anvisa até agora para a faixa etária. Em nota, a fabricante confirmou a assinatura do contrato de aquisição de 20 milhões de doses que serão entregues no primeiro trimestre de 2022. Ainda em janeiro, o Ministério da Saúde deverá receber um lote de 3,74 milhões de doses de vacina.



Jogo virou na audiência convocada pelo governo para atrasar vacinação

Médicos desmontam a farsa do governo e defendem vacinação urgente de crianças

O governo Bolsonaro tentou realizar um evento contra a vacinação nesta terça-feira (04). A audiência pública convocada pelo Ministério da Saúde deu amplo espaço para negacionistas que, mesmo diante das comprovações científicas, afirmam que a imunização de crianças contra a Covid-19 é “coisa do passado” e que “devemos olhar além do buraco de avestruz onde só se vê vacina”.

No entanto, as vozes da ciência, representadas por entidades como a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Sociedade Brasileira de Imunização (SBI), Associação Médica Brasileira (AMB) e pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), prevaleceram às urras bolsonaristas e demonstraram a necessidade e a urgência da vacinação de crianças.

Para abrir a audiência, a secretária Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19, Rosana Leite de Melo, apresentou com empolgação o resultado da enquête realizada pelo governo federal na internet sobre a vacinação de crianças. Na votação, organizada como uma das barreiras para dificultar a imunização, foi concluído que os participantes são contra a vacinação obrigatória de crianças.

Mesmo com a maior parte das respostas contrárias à prescrição médica, o governo federal exigirá a apresentação do documento para a vacinação de crianças. A secretária Rosana Leite também pontuou que crianças com comorbidades serão prioridade. Depois, a vacinação será por faixa etária.

CIRCO

Para compor o grupo de “especialistas” anti-vacina, a deputada federal Bia Kicis (PSL-SP), uma das principais representantes da ala ideológica do governo Bolsonaro, indicou médicos Roberto Zeballos, José Augusto Nasser e Roberta Lacerda, reconhecidos contrários à imunização de crianças, defensores da imunidade de rebanho e propagadores de fake news, para falar em nome da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ), que é presidida por Kicis.

“Devemos retirar a cabeça do buraco de avestruz onde só se vê vacina e vamos olhar quais são as circunstâncias atuais do Brasil”, defendeu o médico Roberto Zeballos, em nome da CCJ da Câmara. Ao criticar a vacinação ele defendeu que “estamos usando uma solução para um problema do futuro”. Em sua fala, Zeballos chegou a dizer que a cepa ômicron do coronavírus, que causa alerta em todo o mundo pelo seu alto índice de contágio e pode não ser coberta pelas vacinas atuais foi “enviada por Deus”.

34 MIL INTERNAÇÕES

Marco Aurélio Sáfdi, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, desmontou as bravatas dos indicados pelo governo durante a audiência pública.

Ele destacou que a Covid-19 tem total relevância na população pediátrica e não pode ser subestimada.

Sáfdi destacou que a taxa de letalidade em crianças, apesar de baixa em comparação ao total da população, é sim motivo de alerta. “Temos 22 milhões de casos, mais de 620 mil mortes, uma mortalidade de algo 2,5 a 3%. São 2.500 crianças mortas, 34 mil hospitalizações no grupo de 0 a 19 anos de idade. Para cada uma das 34 mil hospitalizações, o risco de morte era de 7%”.

Representando o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o secretário do Espírito Santo, Nécio Fernandes, defendeu combater “toda posição que estimule a hesitação vacinal”, pois reduz a capacidade do Sistema de Saúde de promover saúde e prevenir doenças.

“A vacinação é importante porque as crianças não merecem o vírus. Elas merecem uma proteção segura, cientificamente respaldada e aprovada pelas agências reguladoras. Elas merecem vacina”, defendeu Nécio.

Em resposta aos defensores da imunidade de rebanho e da infecção das crianças, o secretário relembrou que o surgimento de variantes do coronavírus acontece pela desigualdade na vacinação e na estratégia do governo federal.

“Eu faço um apelo para que não misturem Deus nas tragédias humanas e nos debates sobre o método científico. A variante ômicron não veio de Deus. Veio da desigualdade na distribuição mundial das vacinas e veio da incapacidade do mundo de apostar igualmente na vacinação como a principal medida de prevenção primária para doenças infectocontagiosas”.

Ele criticou ainda a posição do Ministério da Saúde de exigir prescrição médica para a vacinação das crianças e lembrou que os Estados brasileiros não aceitarão tal exigência descabida. “Reitero a posição do Conass da não exigência de prescrição médica para a vacinação de crianças contra a Covid-19. Neste momento, 20 Estados do Brasil, que representam 80% da população brasileira, já publicaram norma sobre o tema”, disse.

“A variante ômicron implica na necessidade de ampliar a vacinação para mais de 90% da população total. E isso só será alcançado com a imunização de crianças. O SUS está preparado para vacinar as crianças do Brasil. Tanto na cobertura vacinal, como também na proteção de qualquer uma que tiver algum evento adverso leve, moderado ou grave, no processo de imunização”.

“Não se pode aceitar mortes por doenças imunopreveníveis. Em sociedades civilizadas as crianças não morrem por doenças imunopreveníveis. Qual o projeto de país que nós queremos?”, questionou Nécio.

Servidores reagem com mobilização nacional por “reajuste para todos”



Levante geral contra arrocho já começa a deixar o Planalto preocupado

“Campanha começa agora, mas só termina quando houver recomposição dos salários”

O recuo que vem se verificando nas hostes do governo em relação ao aumento prometido por Bolsonaro apenas aos policiais federais, deixando de lado o restante do funcionalismo público, após a grande mobilização dos servidores não diminuiria a força do movimento, segundo avaliam representantes da categoria.

“Sem chances. Essa campanha salarial começa agora, mas só termina quando houver recomposição dos salários”, disse o presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita, Isac Falcão, também corrobora com Marques, e afirma que não será a ameaça de cancelamento do aumento para os policiais, ou “mais uma fala desprezível [de Bolsonaro ou de membros do governo] que arrefecerá as mobilizações”.

O medo do governo federal de começar o ano enfrentando a maior greve da história dos servidores, como vem sendo prometido pela cate-

goria, e a adesão em massa à operação padrão e entrega de cargos de chefia desde dezembro, que já vem prejudicando o funcionamento de diversos órgãos, fez com que o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), afirmasse na semana passada que o melhor seria “não dar aumento a ninguém”.

Recuo que já vem sendo ensaiado pelo próprio Bolsonaro diante do “vespeiro” em que meteu. “Não tem nada definido”, “todos merecem”, tentou desconversar Bolsonaro em uma de suas lives na semana passada. Mas no sábado (8), enquanto participava de mais um rega-bofe em Brasília, já foi mais incisivo e declarou a jornalistas que “pode ser que não tenha reajuste para ninguém”.

“Primeiramente, não está garantido o reajuste para ninguém. Tem uma reserva de R\$ 2 bilhões que poderia ser usada para a PF e a PRF, além do pessoal do sistema prisional. Mas outras categorias viram isso e disseram ‘eu também quero’, e veio essa onda toda”, afirmou Bolsonaro durante a festa de aniversário do advogado Ge-

ral da União, Bruno Bianco.

“Não tem espaço no orçamento. Pode ser que não tenha reajuste para ninguém. Tudo é possível”, acrescentou Bolsonaro.

Mas, para o presidente do Fonacate, que inclusive defende a justiça do reajuste também para as carreiras de segurança, a mobilização dos servidores não tem mais volta. “O reajuste para os policiais é necessário, como para as demais categorias do funcionalismo, a fim de recompor perdas que já somam 27,2% pelo IPCA de 2017 até aqui”, disse.

Os servidores, sob a liderança do Fonacate, que agrega 37 sindicatos de diferentes carreiras de Estado, marcaram para o próximo dia 18 um Dia Nacional de Mobilização, que contará com protestos na frente do Banco Central e do Ministério da Economia, e paralisação nos dias 18 e 19, e manifestações dos auditores fiscais da Receita, lideradas pelo Sindifisco Nacional, em suas 80 delegações sindicais espalhadas pelo país, além do indicativo de greve geral ainda no início deste ano.

Funcionários do Ibama e ICMBio aderem à paralisação

Os servidores de carreira do Ministério do Meio Ambiente se unem à mobilização nacional pela recomposição salarial do funcionalismo. Servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação (ICMBio) e Serviço Florestal Brasileiro estão entre as categorias que se opõem a seletividade do governo Bolsonaro que, visando a campanha eleitoral que se avizinha, pretende reajustar apenas os salários dos policiais.

“Não é o aumento para policiais e militares que preocupa a Associação, mas o que chama a atenção é a disparidade de tratamento entre as carreiras e o uso dos recursos de todos os brasileiros como se fosse propriedade privada do Presidente”, disse, em nota, a Associação Nacional dos Servidores Ambientais (Ascema Nacional).

“Com foco nas eleições de 2022, o governo federal e sua bancada no Congresso Nacional resolvem dar preferência ao reajuste salarial de 45,3 mil policiais, enquanto mais de um milhão de servidores ativos, aposentados e pensionistas estão com a remuneração congelada há cinco anos ou mais”, ressaltou a nota.

Assim como outras categorias, os servidores da pasta do Meio Ambiente pretendem adotar a chamada operação-padrão nos embarques madeireiros no Norte do país, com paralisações e fiscalizações mais rígidas. A concessão de reajustes apenas à categoria dos policiais é vista como exemplo do desprezo do governo Bolsonaro aos serviços e servidores públicos. A Ascema Nacional

“reafirma o repúdio a esta tentativa de diluir tudo que foi conquistado desde 1988 e se posiciona ao lado dos servidores civis de todas as carreiras públicas, que têm sofrido, todos os dias, inúmeros ataques da atual gestão. Estamos prontos para compor um movimento forte unificado de todos os servidores públicos federais, que não merecem ser tratados como funcionários de segunda classe”, continua.

Os servidores estão convocando, ainda, uma greve geral do funcionalismo para o próximo dia 18, como parte do calendário de luta para pressionar o governo federal.

“Serviço público de qualidade se faz com profissionais públicos competentes, respeitados e valorizados. O cidadão brasileiro merece o melhor e não um estado policial”, conclui a Ascema.

Contra arrocho salarial, servidores públicos reagem com paralisação e entrega de cargos

Com a palavra de ordem uníssona de “reajuste para todos”, os servidores públicos federais reagem à decisão de Bolsonaro de privilegiar uma única categoria, a dos policiais, que ele considera como sua base eleitoral, e protagonizam uma rebelião inédita no serviço público brasileiro.

Com a grande maioria dos funcionários públicos com salários congelados desde 2017, ao se empenhar para reservar R\$ 1,7 bilhões do orçamento para 2022 para o reajuste apenas das carreiras da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), deixando a ver navios os mais de 90% dos servidores, Bolsonaro “mexeu em um vespeiro”, como afirma o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Fábio Faiad.

Em resposta, tanto os servidores de carreiras típicas de Estado como as demais categorias, entre elas as dos funcionários da Educação e da Saúde, preparam uma grande mobilização e paralisação para o próximo dia 18 e 19, e se não houver nenhuma contrapartida do governo, uma greve geral ainda no início deste ano.

A primeira ação do movimento, iniciada pelos auditores fiscais da Receita, foi a entrega de cargos de chefia. Até agora, 1.237 auditores fiscais já entregaram cargos comissionados. Os auditores da Receita cobram reajuste salarial, e também protestam contra o desmonte do órgão, que teve corte de 51% no seu orçamento.

A iniciativa dos auditores da Receita e a política calamitosa de Bolsonaro de desprestigiar a maioria do funcionalismo público já se faz sentir na prática, com o comércio nas fronteiras paralisado em Foz do Iguaçu, no Paraná, e em Pacaraima, em Roraima, desde o dia 23 de dezembro, além de bloqueio no porto de Santos, em São Paulo.

Na esteira da mobilização, outras carreiras também iniciaram a entrega de

cargos, como os auditores fiscais do trabalho, os funcionários do Banco Central (BC), e conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). No início desse mês, os Auditores Fiscais do Trabalho também entregaram 160 cargos de chefia e coordenação.

No Banco Central, 53% dos cargos de chefia já foram entregues. No Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), com a entrega de cargos, por falta de quórum regimental, as sessões de julgamento das Turmas Ordinárias da 2ª Seção e das 1ª, 2ª e 3ª Turmas Extraordinárias da 1ª Seção, que estavam marcadas para este mês, foram suspensas.

O Carf é responsável por julgar disputas que tratam de bilhões em dívidas à União, de contribuintes multados pela Receita Federal. Para janeiro, estava previsto o julgamento de 408 ações envolvendo instituições e empresas como a Igreja Universal, o banco Itaú e a Vale.

Todas essas carreiras e os sindicatos que as representam integram o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que prepara a mobilização nacional e paralisação nos dias 18 e 19.

No dia 12, acontecem assembleias virtuais em mais de trinta associações e sindicatos, que englobam 200 mil servidores, para aprovar a paralisação. Antes do Natal, os servidores da Receita reuniram cerca de 5 mil funcionários de todo o país em uma assembleia virtual que já é considerada histórica.

Na sexta-feira (14), sindicatos e associações que fazem parte da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), que representa cerca de 400 mil servidores, vão se reunir para decidirem se aderem à paralisação dos dias 18 e 19.

“Não é possível que 97% do funcionalismo seja jogado ao relento e acharem isso normal. A possibilidade de a gente extrair alguma coisa para 2022 é um processo de mobilização”, ressaltou o secretário-geral da Condsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

Líder do governo defende revogar reajuste da PF para enfraquecer protestos de servidores federais

Assustados com a ampla mobilização dos servidores públicos federais, que ameaçam promover uma greve geral ainda no início deste ano contra o tratamento discriminatório de Bolsonaro, que prometeu reajuste salarial apenas aos policiais e nada para o restante do funcionalismo, membros do governo já avaliam que a estratégia eleitoreira do presidente foi “um tiro que saiu pela culatra”.

O líder do governo na Câmara, deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), afirmou, em entrevista à Folha de São Paulo, que diante do descontentamento que a promessa de Bolsonaro causou em mais de 600 mil servidores públicos, a melhor estratégia agora seria recuar do reajuste apenas aos servidores das forças de segurança.

O que o líder do governo defende é “não dar nada a ninguém”, inclusive aos servidores da carreira policial.

“O governo tomou a decisão política, o recurso entrou no orçamento, mas não carimbou para quem vai o dinheiro. Evidente que uma possibilidade é não ter aumento para ninguém. Vamos aguardar a evolução do assunto”, disse o deputado.

Só que o empenho pessoal de Bolsonaro em privilegiar a categoria de servidores que ele considera como sua base eleitoral, e o

sucesso da empreitada, que acabou garantindo uma reserva de R\$ 1,79 bilhão do Orçamento para reajuste dos policiais, acabou sendo o estopim que desencadeou o descontentamento do restante do funcionalismo público, que está sem reajuste salarial desde 2017.

Agora, o que os servidores querem é “reajuste para todos” e, desde meados de dezembro, vêm promovendo uma mobilização inédita da categoria, com entrega de cargos de chefia em postos-chaves da administração federal, como a Receita Federal, o Banco Central e órgãos dos ministérios da Educação e Saúde, entre outros, além da de uma mobilização nacional com paralisação nos próximos dias 18 e 19, e indicativo de greve geral em fevereiro.

O descontentamento de 90% dos funcionários públicos com a postura do presidente e a força da mobilização da categoria, já fez até o próprio Bolsonaro tentar desconversar e dizer, em uma de suas lives, que “não tem nada definido”, e que “todos merecem”.

Para o presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), o que Bolsonaro fez foi “mexer num vespeiro”. “Ele fez o que os dirigentes sindicais não estavam conseguindo: que foi mobilizar as categorias do funcionalismo”, disse.

Metade dos servidores do BC entregam cargos: ‘Insatisfação generalizada e sem precedentes’

Na mobilização geral que toma conta do funcionalismo público federal em repúdio a Bolsonaro, que decidiu conceder reajuste salarial a apenas uma categoria, deixando ao relento o restante dos servidores, cerca de 50% dos funcionários do Banco Central já aderiram ao movimento de entrega de cargos, iniciado com os auditores fiscais da Receita.

“Estamos em janeiro, que é um mês de férias, e mesmo assim conseguimos essa adesão”, comemora o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Fábio Faiad.

Segundo o sindicalista, essa percentagem engloba tanto pessoas que já ocupavam funções de confiança e entregaram os cargos, quanto substitutos fixos e outros suplentes que pudessem ser convocados para assumir essas funções.

“A aprovação do Orçamento da União para o presente exercício com a previsão de reestruturação de carreira e reajuste remuneratório só para integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Departamento Penitenciário Nacional e do Ministério da Justiça foi o estopim para um grande levante do funcionalismo”, afirmou Faiad em artigo publicado pelo portal Poder 360 na quinta-feira (6).

“Quem assiste ao atual agravamento das manifestações pode não saber que o pleito pela recomposição de, ao menos, parte das perdas remuneratórias dos últimos anos já havia sido levado ao Ministério da Economia e, no caso do BC, à diretoria, em diferentes oportunidades ao longo do 2º semestre de 2021”, afirma ele, ao salientar o clima de insatisfação “generalizada e sem precedentes”, entre os funcionários, “reflexo da atitude omissa das instâncias decisórias do governo”.

“O escanteamento do efetivo do BC resultou no crescimento da mobilização nas últimas semanas de 2021. O enfrentamento ganhou corpo e repercussão, e assim chegamos ao presente status. Adentramos o ano com um crescente movimento de entrega de funções comissionadas e de compromisso de não assunção das mesmas. Paralisações também estão marcadas, a 1ª delas já com data: 18 de janeiro”, disse.



Greve dos auditores da Receita bloqueia portos e alfândegas

A greve dos auditores fiscais da Receita Federal, que teve início no último dia 27, paralisa atividades em portos e alfândegas nesta quarta e quinta-feira.

Desde o início da greve, os servidores realizam a chamada operação-padrão nos postos aduaneiros, também conhecida como operação-tartaruga, provocando maior lentidão na entrega de resultados com o aumento dos critérios para liberação das mercadorias, por exemplo.

A decisão pela paralisação ocorreu após o governo Bolsonaro descumprir o acordo com a categoria de garantir a regularização do Bônus de Eficiência e cortar recursos da Receita para custear o reajuste dos policiais federais, enquanto deixa o conjunto dos servidores sem qualquer reposição das perdas salariais.

De acordo com o governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), cerca de 800 caminhões com diferentes produtos ficaram parados na fronteira, nesta quarta-feira, incluindo os que estão na capital Boa Vista e em Manaus.

O auditor-fiscal,

Alisson de Oliveira Rocha, afirmou que os servidores iniciaram a paralisação no Estado na segunda-feira (3) e a greve segue por tempo indeterminado.

“Houve descumprimento de vários acordos do governo com a Receita Federal. Além disso, foi retirado o orçamento da Receita, o orçamento para manutenção do órgão foi retirado para dar aumento a uma classe específica e isso gerou um descontentamento geral, inclusive com entrega de todos os cargos comissionados. Praticamente todos os chefes da receita entregaram os cargos”, afirmou Alisson.

No Porto de Santos, em São Paulo, a liberação de trigo vindo da Argentina está atrasada e já causa preocupação no setor. Segundo informações do Ministério da Agricultura, o problema em Santos envolve a carga de dois navios. Uma delas desembarcou no último dia 2, mas ainda não foi liberada em função da paralisação e que, com o espaço físico ocupado pelo primeiro carregamento, o segundo está impedido de descarregar.



PC da Rússia: “Trabalhadores do Cazaquistão devem ser ouvidos, apesar dos provocadores”

“A insatisfação popular acumulada e que deve ser ouvida, não pode ser usada por uma quinta coluna composta de terroristas e extremistas alimentados por ONGs do exterior para desestabilizar o país”, afirma documento do Comitê Central do PC da Federação Russa

“O Cazaquistão está passando por dias difíceis. O descontentamento popular, que vinha se acumulando durante muito tempo, transformou-se em surtos fortíssimos de indignação e protesto em massa” e esse descontentamento tem que ser atendido, diz a declaração do Presidium do Comitê Central do Partido Comunista da Federação Russa, que também adverte que esta insatisfação está sendo usada por uma “quinta coluna composta por terroristas e extremistas e alimentada por ONGs do Ocidente” e que visa desestabilizar o país.

O documento, assinado por **Gennady Andreevich Zyuganov**, presidente do Comitê Central do Parti-

Grupos armados atacaram as forças de segurança, apreenderam e destruíram edifícios, atacaram médicos, bombeiros e civis. Uma onda de ataques varreu as cidades. Ataques direcionados aos edifícios, incêndios, roubo de armas, pilhagem de lojas e outros locais públicos

do Comunista da Federação Russa e líder da bancada do Partido Comunista na Duma Estatal (a Assembleia Federal da Federação Russa), manifestou seu apoio à decisão da Organização do Tratado de Cooperação e Segurança – de que a Rússia é parte, ao lado de outros países ex-soviéticos do Cáucaso e

Ásia Central – de atender ao pedido de assistência feito pelo governo cazaque, o que considerou uma medida “apropriada e oportuna, concebida para apagar as chamas de outro ‘golpe colorido’”. Adenda que “o Partido Comunista da Rússia condena veementemente as ações da reação internacional e dos elementos criminosos. Consideramos totalmente inaceitável a interferência nos assuntos internos do Cazaquistão e as tentativas de desestabilização da Ásia Central, que representam uma ameaça direta ao nosso país” e ainda que “o PCFR é a favor do regresso do Cazaquistão ao caminho pacífico”, fazendo questão de assinalar as razões centrais do “genuíno descontentamento popular” – entre elas, a duplicação do preço do gás assim como a elevação da idade mínima de aposentadoria, além de outros malfeitos.

SOLIDARIEDADE

“Consideramos que a principal tarefa do contingente de manutenção da paz é proteger objetivos estratégicos destinados a assegurar a vida normal dos cidadãos. A população da República deve ser protegida de ataques terroristas por jihadistas, que recorreram a ‘táticas de intimidação’”, sublinhou Zyuganov.

“O PCFR está confiante de que a missão de manutenção da paz da CSTO ajudará a estabilizar a situação na região da Ásia Central”, disse Zyuganov, advertindo, porém, que o contingente de paz só deve ser utilizado para o seu objetivo declarado. “O envolvimento das forças de manutenção da paz nos confrontos internos dos clãs e das facções dominantes é inaceitável”.

Ele pediu, ainda, que o governo cazaque abra

imediatamente um diálogo com os trabalhadores e com as forças políticas legítimas.

“PRESENTE DE ANO NOVO”

Como destacou Zyuganov, o estopim dos protestos foi o ‘presente de Ano Novo’ da duplicação do preço do gás, usado para aquecer casas e reabastecer veículos, sob o impacto da eliminação total de subsídios e anúncio da mudança para ‘preços de mercado’.

Não é de espantar que a revolta haja explodido primeiro na região ocidental, exatamente onde o gás é produzido. “Inicialmente, os protestos eram pacíficos. Os participantes nas manifestações exigiam preços mais baixos, salários e benefícios mais elevados, e insistiam no regresso da idade de aposentadoria anterior. Em solidariedade, trabalhadores de vários campos petrolíferos entraram em greve”.

“No entanto, a situação rapidamente mudou e ficou fora de controle. Os primeiros atos de terror e vandalismo foram cometidos nas cidades de Zhanaozen e

Aktau, na região de Mangistau, no sudoeste do Cazaquistão. Os distúrbios transformaram-se então em confrontos violentos em Alma-Ata e noutras cidades. Em particular, os aeroportos de Aktobe, Aktau e Alma-Ata foram paralisados. Houve uma ameaça à segurança do Cosmódromo de Baikonur”.

“Grupos de jovens armados atacaram as forças de segurança, apreenderam e destruíram edifícios, atacaram médicos, bombeiros e civis. Uma onda de saques varreu as cidades”.

CÉLULAS RADICAIS

É evidente – assinalou Zyuganov – que os atos destrutivos são cometidos por aqueles que nada têm a ver com a maioria dos manifestantes. “Em primeiro lugar, as células islâmicas radicais. A sua atividade é indicada por uma crueldade mostrada para com as forças de segurança: decapitação das pessoas de uniforme”.

“Os agentes das forças externas também redobram esforços. Em primeiro lugar, em Alma-Ata, tradicionalmente considerada um bastião de influência neoliberal”, onde opera um número significativo de ONGs pró-Ocidente.

“Finalmente, a criminalidade se espalhou. Ataques direcionados aos edifícios da Procuradoria e serviços especiais, incêndios, roubo de armas, pilhagens de lojas e outros locais públicos falam disso”.

“Não se pode excluir que as ações de todas estas forças tenham sido coordenadas a partir de um centro que ansiava pela desestabilização do Cazaquistão. Mas é impossível eliminar a responsabilidade da liderança da República pelo fato de os funcionários terem tolerado as atividades das forças pró-ocidentais e assumido uma posição conciliatória

em relação aos extremistas islâmicos”.

Zyuganov observou que o Comitê de Segurança Nacional do país “rejeitou numerosos pedidos para proibir o Salafismo (Wahhabismo). Pregadores formados na Arábia Saudita e noutros países árabes operavam no Cazaquistão”.

“GOLPE NAS FRONTEIRAS”

O líder comunista russo assinalou que o curso dos acontecimentos deve ser examinado no contexto internacional. “Nos últimos meses, a situação político-militar nas fronteiras ocidentais da Rússia deteriorou-se claramente. A pressão econômica, informativa, diplomática e militar sobre o nosso poder só tem aumentado. Os meios de comunicação ocidentais, diplomatas, políticos, representantes da Otan expressaram repetidamente em voz alta ‘preocupação’ ostensiva com planos para um ‘ataque à Ucrânia’ e ameaçaram Moscou com ‘medidas preventivas abrangentes’”.

Para Zyuganov, “no contexto do agravamento da situação em redor do nosso país, recebemos um golpe nas fronteiras meridionais”, com os adversários da Rússia no palco mundial aumentando as apostas no jogo no “grande tabuleiro de xadrez” dramaticamente.

Ele assinalou como a explosão de indignação com a alta do gás “foi imediatamente aproveitada pela clandestinidade terrorista, cuja liderança se baseia na experiência de combate dos jihadistas na Síria e no Iraque”.

“Até agora, milhares de pessoas foram vítimas de ações criminosas. Centenas de pessoas estão hospitalizadas, dezenas estão nos cuidados intensivos, há mortos. Os amotinados obstruem o trabalho das ambulâncias e instituições médicas, utilizam armas de fogo, intimidam a população, assaltam lojas e



Zyuganov: “Desigualdade flagrante deixou nossos povos vulneráveis a ameaças externas”

Soviética, do sistema socialista e do poder soviético”, que deu origem a “uma desigualdade flagrante” e tornou “nossos povos extremamente vulneráveis a ameaças externas”.

“Ao contrário das promessas dos liberais, os novos Estados não se tornaram membros de pleno direito do ‘mundo civilizado’”, destacou o líder comunista. Tornaram-se “apêndices de matérias-primas e mercados, fontes de mão-de-obra barata e peões nas aventuras geopolíticas das potências imperialistas”.

“No Cazaquistão, a indústria avançada mergulhou no ‘no abismo da privatização’. No petróleo e gás, Chevron e Exxon Mobil (EUA), Total (França), Royal Dutch Shell (Reino Unido e Holanda) entrincheiraram-se. O novo proprietário da indústria siderúrgica é a Arcelor Mittal”.

“Como em quase toda a parte no espaço pós-soviético, foi criado no Cazaquistão um sistema comprador oligárquico típico do capitalismo selvagem”.

MIGALHAS AO POVO

“A desigualdade tem aumentado de forma constante na República. Da renda nacional, apenas migalhas foram para o povo. A divisão da propriedade e a tensão social aumentaram. Em 2011, uma greve dos

drão mundial de necessidades mínimas de 5,5 dólares por dia, um em cada sete residentes aqui é pobre”.

“A proporção de pessoas que sequer têm alimentos aumentou de 3% para 13%. Outros 44% admitem que só tem dinheiro suficiente para a alimentação. Ao mesmo tempo, o número de bilionários em dólares no primeiro ano da pandemia aumentou de quatro para sete”.

“Nos últimos dois anos, as greves nas empresas do

Cazaquistão continuaram sem parar. As ações mais maciças tiveram lugar nas regiões ocidentais. Sendo a principal fonte dos principais produtos de exportação, petróleo e gás, também lideraram o nível de desigualdade no país”.

“Milhares de pessoas ficaram indignadas com salários em atraso e demissões, exigindo salários mais elevados em meio a contínuos aumentos de preços. Mesmo de acordo com dados oficiais, a inflação alimentar no país foi de 20 por cento em dois anos”.

RUSSOFOBIA

“Em vez de resolver problemas sociais, a classe

para figuras como Mustafa Shokai, que cooperou com os fascistas. Ruas e escolas foram batizadas com o seu nome. As autoridades especularam cada vez mais sobre o tema do ‘Holodomor Cazaque’, distorcendo grosseiramente os fatos históricos”, denunciou.

Apesar da amizade oficialmente proclamada dos povos, a liderança do Cazaquistão reduziu constantemente o alcance da língua russa, discriminando

os cidadãos de língua russa. As ‘patrulhas linguísticas’ tornaram-se um fenômeno nojento, apontou Zyuganov.

No final do ano passado, o parlamento aprovou um projeto de lei para publicação de informação oficial

exclusivamente em idioma cazaque. Até 2025, está prevista a mudança completa do alfabeto cirílico para o latino. Este tipo de política levou a um êxodo maciço da população. A proporção de russos na república diminuiu durante o período pós-soviético de 38% para 18%.

POLÍTICA EXTERNA

“O próprio governo, que fala em apoio à integração eurasiática, flertou simultaneamente com as capitais ocidentais. As relações com os EUA atingiram o nível de ‘parceria estratégica alargada’. Todos os anos são realizados exercícios militares conjuntos com a “Águia das Estepes” da Otan. Com a participação dos americanos, foram construídos vários biolaboratórios, cuja investigação suscita muitas questões para peritos locais e estrangeiros”, assinalou Zyuganov.

Para o PCFR, é hora de parar as manifestações da política russófoba e anti-soviética no Cazaquistão. “Chegou o momento de discutir honestamente e erradicar as causas profundas da divisão social desastrosa, não só no Cazaquistão, mas também na Rússia. Para o nosso país, é outro sinal formidável de que as políticas que geram divisão, desigualdade e pobreza sobrecarregam inevitavelmente a paciência do povo”.

A conclusão mais importante dos acontecimentos no Cazaquistão é que é do interesse fundamental dos povos da Rússia, do Cazaquistão e de todos os outros Estados abandonar “esta política desastrosa”. “Hoje, mais do que nunca, o nosso programa ‘Dez passos para uma vida digna’ e a experiência única das empresas públicas são necessários”, sublinhou Zyuganov.



Incêndio na sede da Prefeitura de Alma Ata, um dos inúmeros prédios atacados

saqueiam. A natureza das suas ações é indicativa de medidas planejadas, coordenadas e financiadas pelo estrangeiro”.

DESIGUALDADE

Zyuganov também se dedicou a traçar um quadro de fundo das causas da desestabilização em curso do Cazaquistão, cuja raiz é “a tragédia que aconteceu a todos nós há 30 anos atrás, a destruição da União

trabalhadores do petróleo que durou vários meses em Zhanaozen terminou com confrontos e a morte de 16 pessoas. As autoridades mostraram claramente a sua atitude para com o povo, aumentando a idade da aposentadoria para 63 anos, tanto para homens como para mulheres.

O que se agravou sob a pandemia. “Até a taxa de pobreza oficial aumentou. Se tivermos em conta o pa-

dominante preferiu dividir a sociedade, provocando a russófobia e a inimidade interétnica”, denunciou Zyuganov. A partir de livros escolares, os jovens cazaques aprendem sobre o “colonialismo russo” e o “totalitarismo soviético sangrento”. A nível oficial, foi lançada uma campanha de reabilitação as “vítimas da repressão”, incluindo os colaboracionistas de Hitler. “Ergueram monumentos

“Não vacinados põem em risco e limitam liberdade dos demais franceses”, diz o presidente Macron

O presidente da França, Emmanuel Macron, afirmou que “os não vacinados não apenas colocam em perigo a sua vida, como também estão limitando a liberdade dos demais, e isso não posso aceitar”. Diante de tal comportamento, sublinhou, o governo decidiu pressionar os que agem irresponsavelmente a se somarem à campanha coletiva de imunização contra o coronavírus.

Em meio a um pico sem precedentes de infecções no país, com mais de 270.000 casos em apenas 24 horas, o presidente voltou a condenar os inconseqüentes que alastram a pandemia e reiterou que sua estratégia para sair da crise sanitária passava por “O que me impressiona é a situação em que estamos. A verdadeira fratura do país é esta: quando alguns fazem de sua liberdade, que se transforma em uma irresponsabilidade, um slogan”, frisou.

Para enfrentar a gravidade do quadro, Macron utilizou em francês o verbo “emmerder”, gíria que pode ser traduzida como “ferrar”, “irritar” ou “complicar a vida” daqueles que continuarem dando as costas à gravidade do problema.

“Alguns podem ficar impressionados por uma maneira de falar que parece coloquial e que assumo completamente”, disse Macron em entrevista coletiva junto à chefe da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. A três meses das eleições presidenciais, o presidente que não informou se será ou não candidato resolve demarcar campo e pontuou que “aqueles que não estão vacinados, eu realmente quero enfurecê-los. E assim, continuaremos a fazê-lo, até o fim. Essa é a estratégia”.

“Quase todas as pessoas, mais de 90%, aderiram” à vacinação e “é uma pequena minoria que é refratária”, assegurou Macron. “Como reduzimos essa minoria? Reduzimos, desculpe dizer, incomodando ainda mais”, acrescentou.

A França implementou no ano passado o passe de saúde que exige que as pessoas apresentem um teste PCR negativo ou o cartão de vacinação para entrar em restaurantes, cafés ou bares. O posicionamento do presidente voltou a esquentar os debates na Assembleia Nacional, que desde a semana passada discute a criação de um passaporte de vacinação.

Uma das candidatas presidenciais de extrema-direita, Marine Le Pen, acusou Emmanuel Macron de ser “incendiário”, com comentários de “grande violência”. O outro candidato da extrema-direita, Eric Zemmour, acredita que com seu combate à Covid, Macron adota uma postura “ridícula, infantil e cínica”, por meio da qual “quer roubar as eleições dos franceses” falando apenas da pandemia.

Morre de Covid nos EUA negacionista que chamava de ‘idiota’ quem se vacinava

A influenciar antivacina Cirsten Weldon, que nas redes sociais reiterava que “só idiotas se vacinam”, morreu na quinta-feira (6) por complicações causadas por covid-19. Ela estava internada em Camarillo, na Califórnia, desde 31 de dezembro de 2021.

“Vacinas matam. Não tomem. Esses idiotas são tão ingênuos. Eles estão todos se vacinando”, disse Weldon em um de seus vídeos, gritando com pessoas que estavam na fila para se imunizar contra o coronavírus.

Apoiadora de Donald Trump, ela também era adepta do movimento QAnon – aquele que assevera que há um complô entre reptilianos pedófilos e democratas para destruir os Estados Unidos, e que o salvador será o agora ex-presidente bilionário.

Weldon era tão extremista e delirante que chegou a declarar que Anthony Fauci, o epidemiologista-chefe dos EUA, deveria ser assassinado. E que o atual presidente, Joe Biden, tinha sido comprado pela China para “testar armas climáticas no Texas”.

Em um derradeiro esforço para espalhar mentiras, nas últimas postagens nas redes sociais, já hospitalizada, ela omitia estar com Covid alegando ser um quadro de pneumonia.

Três dias antes, outro negacionista norte-americano atuante nas redes de desinformação, o podcaster antivacina Doug Kuzman, também morreu de Covid, após passar 10 dias internado. Ele se contaminou em uma conferência de negacionistas a que compareceu.

No fim de semana

de 11 de dezembro, Kuzman participou do evento chamado de ReAwaken America (ReAcordando a América). Nas redes sociais, ele publicou imagens da conferência, com grandes aglomerações.

Dias depois, ele registrou que se sentia mal, dizendo se tratar de bronquite crônica. No dia 15 de dezembro, Kuzman teve febre e chegou a chamar um médico.

Mas, acreditando piamente nas sandices que propagava, se recusou a ir a um hospital, tentou se virar com ivermectina, um antivermífugo muito apreciado nas rodas trumpistas mas ineficaz, e acabou sendo achado inconsciente em sua casa na véspera de Natal.

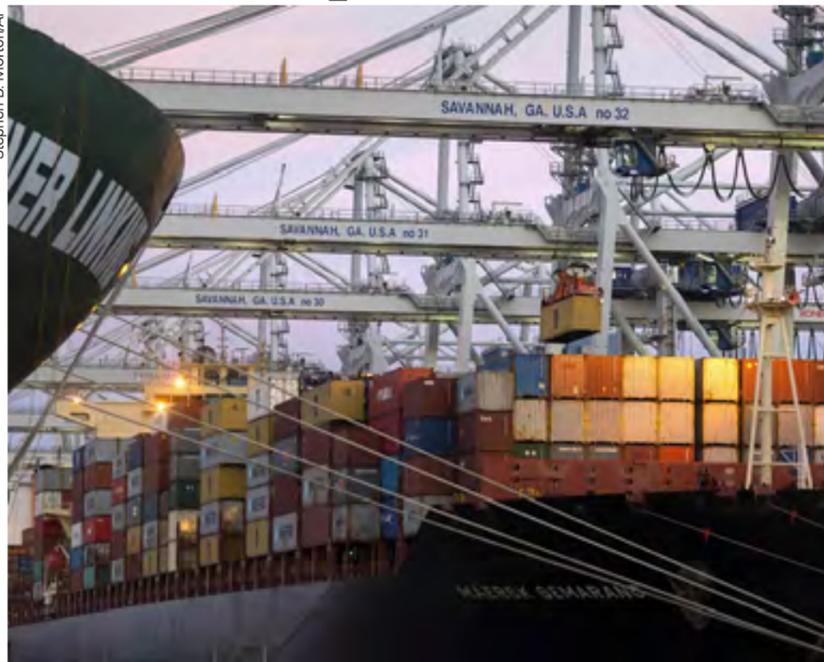
Foi então levado a um hospital e intubado. O uso de ivermectina ficou registrado na última publicação de Kuzman. Além das postagens antivacina, em seu podcast Kuzman também exaltava o movimento QAnon e a tese de Trump de que Biden roubou as eleições de 2020.

MATA MESMO

O negacionismo também está matando do outro lado do Atlântico. O lutador belga Frédéric Sinistra, tricampeão mundial de kickboxing e exacerbado ativista antivacinação, faleceu no dia 15 de dezembro, em Nîmes, na França, depois de internado com covid no dia 26 de dezembro e com sérios problemas no pulmão.

Exasperado pelo cancelamento de uma luta marcada para o dia 4 de dezembro em razão de sua doença, Sinistra exigiu sua alta hospitalar para “se recuperar em casa do ‘pequeno vírus’”.

Liderado pela China, entra em vigor o maior pacto comercial do mundo



“O Acordo dará um grande impulso à recuperação econômica no período pós-covid” na região, diz nota da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)



Sidney Poitier na cerimônia do Oscar por “Uma voz das sombras”, de 1963

Legado de Poitier, 1º ator negro a ganhar o Oscar e ativista contra o racismo nos EUA

Sidney Poitier foi o ator negro que abriu caminho para que chegasse às telas, das mais variadas formas e com sua atuação impecável, o desafio da superação da questão racial nos Estados Unidos. O Oscar com o qual foi premiado pelo trabalho em “Uma voz das sombras” (Lilies on the field, 1963) na verdade o agradeceu pelo conjunto de sua obra até ali.

Já havia atuado no filme, dirigido por Otto Preminger, que levou ao cinema a obra de Gershwin, Porgy and Bess (1959) sobre as tensões e dificuldades vividas em uma vila com moradores pobres predominantemente negros.

Após subir ao palco para receber a estatueta, Poitier ainda estrelaria os notáveis “Advinhe quem vem para jantar” (1967), filme impactante, no qual uma mulher branca apresenta aos pais liberais seu noivo negro, expondo a superficialidade de algumas posturas ditas “civilizadas”, mas que mudavam – mesmo em quem dizia abominar a

segregação – quando a questão racial chegava mais perto.

A seguir foi protagonista em “No calor da noite”, onde um advogado mostra sua fibra contra o preconceito, quando a sua cor o leva a ser acusado por um crime que não cometera.

Também viu a encarnar – com seu perfil de dignidade que se tornaria sua marca registrada – em “Ao mestre com carinho” (1966), um professor dedicado a transformar alunos desajustados e desinteressados pelos estudos em uma escola situada em bairro popular de Londres em que acaba homenageado por seus alunos.

Em 1979 foi o narrador do filme sobre o cantor negro comunista, Paul Robeson, em “Tributo a um artista”.

Ao falar sobre sua atuação, uma vez escreveu que se “sentia como quem representa milhões de pessoas em cada movimento

que eu fazia”.

Sobre seu pioneirismo enquanto ator negro, disse à revista Newsweek em 1988: “Eu fiz filmes quando era o rapaz solitário na cidade. O único outro negro na atuação era o garoto engraxate”.

O NYT atribuiu a ele a abertura de caminho para outros atores negros em Hollywood, a exemplo de Morgan Freeman e Denzel Washington.

O ator encarou, ele próprio estúpidos momentos de discriminação, como quando foi seguido por membros da Ku Klux Klan no Mississippi em 1964, quando foi até o Estado sulista apoiar o movimento em favor do voto dos negros. No mesmo Estado ativistas haviam sido assassinados. Ou quando, já estrela destacada de Hollywood, teve dificuldades para alugar uma casa em Los Angeles.

Além de diversos comícios pelos direitos civis, Poitier participou da Marcha a Washington, em 1963, quando Martin Luther King pronunciou o “I Have a Dream” (Eu tenho um sonho).

TRIBUTOS

Foram inúmeras as manifestações de admiração pela carreira de Poitier, destaque as de dois atores negros:

“Ele nos mostrou como chegar às estrelas”, declarou a atriz negra Whoopi Goldberg.

“A graça e a classe que este homem apresentou ao longo de toda sua vida, o exemplo que foi para mim, não apenas como um homem negro, mas como ser humano, nunca serão esquecidos”, afirmou o ator, diretor e roteirista Tyler Perry.

Aliança comercial envolve 30% do Produto Interno Bruto mundial e alcança 2,3 bilhões de pessoas

A Associação Econômica Integral Regional (RCEP, na sigla em inglês), entrou em vigor neste dia 1º de janeiro liderada pela China e integrada ainda por Austrália, Brunei, Camboja, China, Japão, Laos, Nova Zelândia, Singapura, Tailândia e Vietnã, países que ratificaram o acordo.

A Coreia do Sul se unirá ao bloco no próximo dia 1º de fevereiro e as Filipinas, Malásia, Indonésia e Mianmar 60 dias após a ratificação, aceitação ou aprovação pelo Secretário-Geral da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) como Depositário do RCEP.

Segundo dados do Banco Mundial, o acordo deve cobrir 2,3 bilhões de pessoas, com um produto interno bruto combinado de US \$ 25,8 trilhões de dólares, que representa cerca de 30% do PIB global, e será responsável por US \$ 12,7 trilhões, mais de um quarto do comércio global em bens e serviços e 31% dos fluxos globais do Ambiente de Desenvolvimento Integrado, IDE.

“A entrada em vigor do Acordo RCEP é uma manifestação da vontade de fortalecer a integração econômica regional; apoiar um sistema de comércio multilateral livre, justo, inclusivo e baseado em regras; e, em última instância, contribuir para os esforços de recuperação global após uma pandemia”, destacou

a declaração da ASEAN.

O texto também indica que “o RCEP promete gerar novas oportunidades comerciais e de emprego, fortalecer as cadeias produtivas da região e promover a participação das micro, pequenas e médias empresas no valor regional, cadeias e centros produtivos, por meio de novos compromissos de acesso a mercados e regras e disciplinas modernas e simplificadas”.

Em novembro passado, o secretário-geral da ASEAN, Dato Lim Jock Hoi, de Brunei, já havia declarado à imprensa que “a implementação do Acordo RCEP dará um tremendo impulso aos esforços de recuperação econômica pós-covid-19” na área. A este respeito, o Secretariado da ASEAN expressou o seu compromisso de apoiar o processo RCEP para garantir a sua instalação eficaz e eficiente.

Para o ministro chinês do Comércio, Wang Wentao, Pequim se preparou por muito tempo para cumprir as mais de 700 obrigações contratuais do acordo, respeitando os interesses do conjunto dos países.

De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Parceria Econômica Integral Regional (RCEP) será o “novo centro de gravidade” do comércio mundial quando operar com força total. Pelo seu tamanho, será o “maior bloco econômico do mundo”.

C&A, Nike e Zara se negam a pagar salário mínimo na Índia desde 2020

As indústrias da Índia que abastecem marcas como C&A, GAP, Nike, Puma, Tesco e Zara estão praticando “o maior roubo de salários da indústria da moda”, denunciou o Consórcio de Direitos do Trabalhador (Worker Right Consortium-WRC), alertando sobre a falta de pagamento até mesmo de um míngua mínimo para mais de 400 mil funcionários, desde 2020.

A organização independente, que zela pelos direitos trabalhistas ao redor do mundo, publicou recentemente um estudo em que aponta que estão sendo praticados salários inferiores ao mínimo estabelecido legalmente no país, com cada empregado das confecções recebendo o equivalente a R\$ 347,85 mensais.

“Em termos de número de trabalhadores afetados e total de dinheiro roubado, este é o ato mais flagrante de roubo de salários que já vimos. Os filhos dos trabalhadores do vestuário estão com fome para que as marcas possam ganhar dinheiro”, protestou o diretor executivo do WRC, Scott Nova. No total, a pesquisa avalia que o valor de salários não pagos pelas fábricas de moda até o momento tenha ultrapassado os £ 41 milhões de libras (cerca de R\$ 308 milhões).

Diante do impacto negativo da informação, as marcas denunciadas emitiram declarações desmentidas sobre a sua relação com os funcionários das indústrias. A H&M

disse ter “deixado claro” aos fornecedores do estado indiano de Karnataka – onde ficam localizadas – “que eles devem pagar aos trabalhadores salários mínimos obrigatórios por lei, incluindo todos os atrasos e que se não o fizerem, isso acabará por levar a sérias consequências para os negócios”.

A GAP emitiu um comunicado em que sinaliza para o cumprimento de um cronograma para que os fornecedores paguem os atrasados e a C&A disse que exigiu das suas fábricas o cumprimento da ordem judicial, com a remuneração recomendada na Índia.

“A Nike espera que todos os fornecedores cumpram os requisitos legais locais e o código de conduta da Nike”, tangenciou o comunicado da empresa. Um porta voz da Inditex, dona da Zara, declarou ter “um código de conduta rigoroso, que exige que todas as fábricas de nossa cadeia de suprimentos paguem salários legais, no mínimo”. “Estamos engajando fornecedores na região para incentivá-los a fazer o pagamento”, acrescentou.

Para o WRC, o não pagamento nem mesmo de um valor tão baixo representa uma violação em larga escala dos direitos humanos. “Já se passaram quase dois anos desde que os fornecedores se recusaram a pagar o salário mínimo e as marcas deixaram isso continuar quando sabem que são as únicas com o poder de impedir esse roubo generalizado”, concluiu Scott Nova.



Sidney Poitier (primeiro à direita) ao lado de Burt Lancaster, Charlton Heston e Harry Belafonte, diante do Lincoln Memorial, na Marcha a Washington quando Martin Luther King pronunciou o “I Have a Dream” (Arquivo)



Trabalhadoras indianas da indústria de confecções

O social-desenvolvimentismo do sr. Mantega

Mantega sabe – como sabia antes – que sua proposta atual é manter o neoliberalismo, isto é, o tripé macroeconômico. Por isso, diz logo no primeiro parágrafo: “Se for feita uma autópsia no cadáver do bolsonarismo, serão descobertos fortes indícios de um neoliberalismo anacrônico”, etc. Portanto, ele considera que existe um neoliberalismo que não é anacrônico...

CARLOS LOPES

A maior parte das críticas que o artigo de Guido Mantega, sobre o suposto programa econômico de Lula, provocou, giram em torno de sua omissão quanto ao desastre econômico do segundo governo Dilma Rousseff, em que esta fez o oposto do que prometera na campanha eleitoral (v. **Guido Mantega, Bolsonarismo levou Brasil à crise, e retomada virá com o seu fim**, FSP 04/01/2022).

Essa omissão é verdadeira – e escandalosa, porque desmoraliza a própria tese do título, a de que foi o bolsonarismo que levou o Brasil à crise, ou aquela, um pouco diferente, que está no texto: a de que **Temer** e Bolsonaro, e **só estes**, levaram o país ao abismo atual. Portanto, Bolsonaro e Temer, em vez de compostos excrementícios da crise, seriam causa dela. Mas para isso Mantega teve que omitir a catástrofe do segundo mandato de Dilma.

Bastaria meAancionar que no último ano de Dilma (2015) a economia (isto é, o PIB) caiu **-3,5%**, para que as alegações (aliás, omissões) de Mantega nesse sentido sejam percebidas como completamente despropositadas.

Não obstante, estamos longe de considerar que isso é o que existe de mais grave no texto.

No segundo mandato da sr^a Rousseff, Mantega não era mais o ministro da Fazenda, mas Joaquim Levy, *boy* do FMI e do Bradesco, e ex-secretário do Tesouro no primeiro mandato de Lula. A omissão diante desse período desastroso pode ser – e, efetivamente, é – um ato de desonestidade intelectual, mas não faz de Mantega responsável por aquilo que não fez.

Porém, em relação à manutenção do malfadado tripé macroeconômico neoliberal (câmbio flutuante, sub-metas de inflação e aperto fiscal) nos governos Lula e no primeiro governo Dilma, Mantega é plenamente responsável.

Da mesma forma que, para manter esse tripé, ele foi, também, responsável pela desaceleração econômica no primeiro mandato de Dilma.

No artigo que agora publicou na “Folha de S. Paulo”, em vários trechos, é claro que os planos de Mantega para um novo governo Lula consistem, sinteticamente, em manter o tripé macroeconômico. Isso aparece não somente em referências a medidas econômicas concretas como a questões de fundo – isto é, questões que se referem à própria concepção do desenvolvimento.

Antes de entrarmos nessas questões, quais foram as consequências do tripé nos passados governos Lula e Dilma?

1) A apreciação cambial – consequência do “câmbio flutuante” – levou à entrada desmesurada de dólares no país, e, por consequência, à desnacionalização da indústria e à desindustrialização. O aumento de consumo foi devido, fundamentalmente, às importações.

2) O estabelecimento de metas de inflação subestimadas, comprimidas, serviu para manter os juros altos, como forma de atingir a meta. Outro modo de atingir a indústria – e a economia em ge-



ral – e transferir recursos de toda a sociedade ao parasitário setor financeiro.

3) A tentativa de manter um alto superávit primário – isto é, uma alta reserva para transferência de juros ao setor financeiro – serviu para apenar os investimentos públicos.

O sr. Mantega, em seu atual artigo, tenta apresentar tais características como positivas – e, quando não pode, as omite.

Entretanto, ele conta, a seu favor, com uma espécie de “efeito-demonstração” por contraste: a situação atual é tão ruim, que muitos têm uma rememoração idealizada do que foram os governos do PT. Quando isso não é possível – como no caso do segundo governo Dilma – oculta-se o problema.

O que cabe perguntar é como o país aumentou o consumo enquanto a produção interna – sobretudo a produção industrial – estagnava ou regredia, devido à desindustrialização?

Obviamente, o boom das commodities – o aumento nos preços e nas compras, sobretudo de soja e minério de ferro, no mercado externo – financiou as importações.

Porém, o governo não aproveitou esse momento para aumentar o peso e a sofisticação da nossa indústria manufatureira, setor chave do crescimento, exceto marginalmente. Essa não foi a política do sr. Mantega.

E qual foi a política do sr. Mantega?

Ele a denominou “social-desenvolvimentismo” – e essa expressão aparece agora, mais de uma vez, no artigo que escreveu para a “Folha de S. Paulo”.

Por que ele colocou esse nome em sua doutrina?

Para se contrapor ao nacional-desenvolvimentismo, ou seja, à concepção de que nosso desenvolvimento tem que ser alicerçado na produção interna, na indústria nacional e no mercado interno, no capital nacional, através do aumento do consumo (o que significa aumento de salários) e dos investimentos públicos.

No primeiro momento, o “social-desenvolvimentismo” de Mantega significava que não era importante a nacionalidade das empresas, desde que elas fornecessem emprego. O fato de que as filiais de multinacionais dependem muito menos do mercado interno (isto é, dos salários dos trabalhadores) do que o conjunto das empresas nacionais, não era levado em consideração por Mantega.

A rigor, isso significava considerar o dinheiro externo, o capital estrangeiro, mais especificamente, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) – o capital externo aplicado em empresas – como o principal motor do desenvolvimento brasileiro.

Essa política foi o motivo do aumento espetacular da entrada de IDE no país, a partir do segundo mandato de Lula



O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega (foto: Antônio Cruz/ Agência Brasil)

(abaixo, em valores líquidos, segundo o Banco Central):

2003: US\$ 10,144 bilhões;
2004: US\$ 18,146 bilhões;
2005: US\$ 15,066 bilhões;
2006: US\$ 18,822 bilhões;
2007: US\$ 34,585 bilhões;
2008: US\$ 45,058 bilhões;
2009: US\$ 25,949 bilhões;
2010: US\$ 48,506 bilhões;
2011: US\$ 66,660 bilhões;
2012: US\$ 65,272 bilhões;
2013: US\$ 63,996 bilhões;
2014: US\$ 62,495 bilhões.

Mas a maior parte desse dinheiro, como na vaga anterior de IDE, não veio para instalar novas empresas, e, sim, para comprar empresas nacionais – isto é, para desnacionalizá-las.

Mantega ignorou – ou não considerou importante – esse fato.

Também outro fato, o de que boa parte das empresas desnacionalizadas pela onda de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) eram fechadas pelo capital estrangeiro, que preferia exportar para o Brasil, não foi considerado.

Notemos que o Brasil já havia, no governo Fernando Henrique Cardoso, sofrido uma onda de desnacionalização pelo IDE. Assim, aquela do período de Mantega era uma onda em cima de outra onda anterior.

O resultado foi que, findo o boom das commodities, o país, com a indústria já bastante devastada, entrou em crise. Era necessário mudar o modelo econômico. Mas isso, exatamente, é o que não foi feito. Nem por Mantega, no final do governo Lula, muito menos por Joaquim Levy, que exacerbou todas as características predatórias do modelo neoliberal.

Mantega sabe – como sabia antes – que sua proposta atual é manter o neoliberalismo, isto é, o tripé macroeconômico. Por isso, diz logo no primeiro parágrafo: “Se for feita uma autópsia no cadáver do bolsonarismo, serão descobertos fortes indícios de um neoliberalismo **anacrônico**”, etc.

Portanto, ele considera que existe um neoliberalismo que não é anacrônico...

Não à toa, os galardões que ele exhibe para a “*política econômica social desenvolvimentista dos governos Lula e Dilma*” (sic) são todos oriundos do neoliberalismo, mais exatamente, das satisfações do setor financeiro com a sua política. Por exemplo:

“... a partir de 2008 o Brasil passou a receber avaliações positivas de grau de investimento, pelas principais empresas de classificação de risco.”

O “grau de investimento” é uma licença ou recomendação para saquear um país através da especulação – essas “agências” dizem aos especuladores onde é seguro especular e levar os recursos desses países.

Mantega acha isso uma vantagem e um mérito da sua política.

“... política fiscal responsável, que compatibilizou aumento de verbas sociais com os maiores superávits primários da economia brasileira.”

Logo, a transferência aos bancos de trilhões em juros, operado pelo maravilhoso Meirelles, hoje equivalente de Mantega na campanha de João Doria, deve ter sido um milagre superior à multiplicação dos peixes e dos pães.

Aqui, nem mesmo a aritmética parece afetar o raciocínio de Mantega: será que sem tanta manha verba para os bancos, as verbas sociais – para não falar nos investimentos públicos em geral – não poderiam ter sido muito maiores?

“Pela primeira vez, em 500 anos, a renda dos mais pobres cresceu mais do que a dos mais ricos e a desigualdade diminuiu no país.”

Aqui, estamos diante da fantasia eleitoral, em que os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek não existem e onde a comparação é feita até mesmo com os índios que habitavam o país há 500 anos (será que existiam índios pobres e índios ricos?).

Note o leitor, não estamos, com isso, deixando de reconhecer os avanços, em termos de diminuição da pobreza – mas não distribuição de renda – durante o governo Lula.

No entanto, o que Mantega propõe em seu artigo é fazer a mesma coisa de antes, em uma situação muito pior – mas muito pior mesmo – para o Brasil.

O que ele propõe é deixar o neoliberalismo intocado, com algumas benesses compensatórias para o povo.

Se isso teve algum efeito antes – basicamente, no segundo mandato de Lula – foi devido ao boom das *commodities* e ao fato de que o país não estava tão arrasado como hoje está.

Mesmo assim, quanto aos empregos de que Mantega se gaba, é forçoso reconhecer que a maioria deles foi de baixa qualificação – e não poderia ser de outra maneira, com a desindustrialização do país.

O que acrescenta um elemento de urgência na discussão dessas questões é que estamos agora em uma situação inteiramente diversa daquela de 2003, primeiro ano do mandato de Lula, ou de 2007, primeiro ano do segundo mandato de Lula. Apesar disso, diz Mantega que pretende “retomar a via do social-desenvolvimentismo” no futuro governo Lula. Este artigo é uma colaboração para que, se Lula for eleito, isso não aconteça. O Brasil não sairá da crise através de uma política que, qualitativamente, não é oposta àquela que o colocou na crise. Nosso problema é derrotar Bolsonaro, mas, para quê? Para tirar o país da crise ou para continuar no atoleiro apenas um pouco atenuado, se tanto?

Se Lula pretende governar outra vez o país, seria decisivo fazer um balanço da sua administração anterior – e a de Dilma. Em que seu governo ganhará, se considerar que não houve problemas, não houve debilidades nos governos anteriores? Aqui, a repetição da história não será em forma de farsa. O risco é repeti-la em forma de tragédia.

Mas, continuemos. Muitos colaboradores de Dilma tentaram explicar o fracasso de seu segundo governo, através da “crise econômica internacional”.

É uma estranha explicação, pois implica em considerar o Brasil como um país sem dinâmica interna para se desenvolver – ao contrário do que aconteceu em quase todas as crises anteriores, desde 1929-1930.

Evidentemente, a diferença não está aí. A diferença está na política econômica – se

empreendemos uma política nacional-desenvolvimentista, isto é, uma política independente, ou se nos submetemos aos acontecimentos exteriores, numa época de monopólios financeiros ferozes.

A política cambial – e, de resto, o tripé macroeconômico – implementada por Mantega, foi uma política submissa a tal ponto que, encerrado o boom das *commodities*, ela tornou o seu “social-desenvolvimentismo” insustentável.

A esse encerramento do boom das *commodities*, alguns chamaram de “crise econômica internacional”.

O modelo poderia – e deveria – ter sido corrigido, mas não foi. Entretanto, agora, o sr. Mantega fala em voltar a ele. Ou seja, voltar ao neoliberalismo compensatório (um economista chamou isso de “neoliberalismo de esquerda”, mas esse é um termo bom apenas como gaiatice, aliás, justificável).

O que acrescenta um elemento de urgência na discussão dessas questões é que estamos agora em uma situação inteiramente diversa daquela de 2003, primeiro ano do mandato de Lula, ou de 2007, primeiro ano do segundo mandato de Lula.

Apesar disso, diz Mantega que pretende “retomar a via do social-desenvolvimentismo” no futuro governo Lula.

Este artigo é uma colaboração para que, se Lula for eleito, isso não aconteça. O Brasil não sairá da crise através de uma política que, qualitativamente, não é oposta àquela que o colocou na crise.

Nosso problema é derrotar Bolsonaro, mas, para quê?

Para tirar o país da crise ou para continuar no atoleiro apenas um pouco atenuado, se tanto?

É verdade que, abaixo do artigo de Mantega, consta uma nota, avisando que *O que acrescenta um elemento de urgência na discussão dessas questões é que estamos agora em uma situação inteiramente diversa daquela de 2003, primeiro ano do mandato de Lula, ou de 2007, primeiro ano do segundo mandato de Lula.*

Ainda bem. Mas, então, o que podemos dizer, por enquanto, é que o ex-presidente, do ponto de vista econômico, está mal assessorado. É verdade que, se Lula não tem programa econômico, não deveria permitir que Mantega o representasse na série de artigos da “Folha de S. Paulo”.